

DIA DO PSICÓLOGO: tempo de análise

FOTO: RODRIGO CAMPOS



FOTO: MÁRCIO NOVAES



Conheça, em detalhes,
o Anteprojeto de
Regimento Interno do
Processo Constituinte

págs. 14 e 15

AIDS:

tratando preconceitos

págs. 8, 9 e 10

Um ano de psicologia e cidadania

Completado um ano da gestão *Psicologia e Cidadania* é imprescindível fazer um breve balanço, seja para repor temas que mencionamos no decorrer desse período, seja para formular novas questões e problemas.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o gradativo aumento da participação dos profissionais que trabalham nas áreas consagradas da Psicologia, bem como daqueles que atendem em novos campos de atuação (por exemplo, junto ao Poder Judiciário) ou setores em que o psicólogo procura estabelecer qual é o teor de sua inserção profissional (por exemplo, com a Infância e Adolescência). A par desses inquestionáveis avanços, é necessário registrar que a participação dos psicólogos junto ao CRP-06 está longe dos níveis possíveis e desejáveis.

Da mesma maneira, ressalte-se que, apesar das posições que o CRP-06 tem assumido em relação à grave crise social que atinge o País, e dos vários laços que tem estabelecido com outras instituições organizadas em defesa dos serviços públicos e dos profissionais, há muito ainda que caminhar para vincular a Psicologia à cidadania.

Feitas essas constatações, em 27 de agosto passado, Dia do Psicólogo, se procurou consolidar algumas formas de organização dos psicólogos e provocar novas reflexões. Foram realizados, ao mesmo tempo, na Sede e nas Subsedes, diversos debates sobre temas variados como: Ciência e

Miséria -- A Psicologia no Brasil, Formação Profissional, Saúde, Educação e Infância/Adolescência.

Os eventos trataram tanto de análises específicas quanto da mobilização dos profissionais para as futuras discussões que deverão ser realizadas no decorrer do Processo Constituinte da Psicologia.

Além da ênfase ao Dia do Psicólogo, esta edição do jornal enfoca diversos outros assuntos de interesse da categoria: atualização das informações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), reportagem mostrando o trabalho dos psicólogos na luta contra a Aids, a Formação Profissional, as atividades das Comissões Internas.

Foi incluído ainda o Anteprojeto de Regimento Interno do Congresso Regional da Psicologia. Esperamos que ele receba sugestões dos profissionais que consideram importante a sua participação no Processo Constituinte da Psicologia, que poderá trazer modificações, maiores ou menores, para o exercício e a formação profissional.

Por fim, chamamos a atenção dos colegas para a realização da Assembleia Geral do Psicólogos, em 15 de outubro próximo, que tratará da Prestação de Contas de 1993, da fixação do valor da anuidade para 1994, bem como do Orçamento-Programa para o próximo ano.

CARTAS

Salário Aviltante

Subsede de Cuiabá - MT. 23/07/93
Solicitamos que seja publicado no Jornal do CRP-06, a seguinte nota:
As psicólogas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso gostariam de tornar público o "alto" salário que recebem, declarando que, em junho/93, um psicólogo nível I recebeu CRS 7.589.237,66 + abono de 01 (Um) salário-mínimo. Pedem ao CRP-06 SOCORRO.

Correção

Estou escrevendo para agradecer e elogiar o tratamento que vocês deram para minha matéria, publicada no nº 81.
Aliás, todo o jornal está muito bem feito e, importante, está muito bonito. Vocês estão conseguindo criar uma nova cara para o jornal e estão no caminho certo.
Quem, como eu, já cuidou de jornal e revista do CFP, sabe como é difícil o trabalho que estão fazendo. No entanto, sempre defendi que Jornal e revista são instrumentos prioritários para os Conselhos, pois representam as formas concretas através das quais o CRP entra em contato direto com o profissional.

Parabéns, e continuem firmes neste caminho. PS. Apenas uma pequena correção. A nota de rodapé saiu errada. Solicito a reparação, por uma questão de justiça. O correto é: "Professor do Departamento de Psicologia Educacional - FE-UNICAMP. Texto baseado no trabalho apresentado no I Congresso de Psicologia Escolar". - Sérgio A. S. Leite

Gótico

Leyla, não a conheço pessoalmente, mas, após ler seu artigo "Mal-estar na profissão: o gótico, seu psicanalista e os psicólogos", permito-me enviar esta carta. E o objetivo dela é um só: cumprimentá-la.
Sua análise é perfeita e a questão da capacidade profissional é muito séria.
Sou formada em Psicologia, mas não atuo na área clínica (se é que podemos falar em atuação em áreas estanques, em mundos separados). Atuo como gerente de desenvolvimento de RH em um banco e, por força do meu cargo, sou antes de tudo uma educadora. Sei e sinto na pele o quanto é difícil conseguir profissionais capacitados para realizar trabalhos na empresa e invisto enorme parte do meu campo na formação e desenvolvimento dos psicólogos que trabalham comigo. É brilhante a sua frase "A conquista da

competência profissional se dá com alguma intuição e muita transpiração..." Ela pressupõe a responsabilidade individual da busca do saber e do autodesenvolvimento, coisa difícil de as pessoas compreenderem.
De qualquer forma, ficam registrados meus sinceros cumprimentos pelo artigo.
Parabéns!

Alquimia psicológica

Recém-Formado e preocupado com o amálgama que está se criando pela "mistura" da Psicologia com saberes outros alternativos (que por si e em si não julgo ou valorizo); fato este que fere não só a ética mas também a razão, venho apresentar "poesia" de minha autoria (na qual alerto sobre a citada "mistura"), que desejo seja publicada no Jornal do CRP - Uriel de Carvalho.

ALTERNATIVAS

A Psicologia anda à deriva
Frente à tanta alternativa.
De um lado há críticas
A competir com astrais
De outro há o "Tarô"
A competir com o Charcot

Fala-se em "Radiestesia"
Ao vivo e sem anestesia
Receita-se "Floraes de Bach" o doutor
Com o maior despudor
Prega-se o culto aos "Duendes"
Esquece-se os da psique doentes
Fala-se em "Vidas Passadas"
À vidas atuais caladas
Usa-se "Cromoterapias"
Para tratar da nostalgia
Ah! Ia me esquecendo
De uma capitalista nova mania
Aquele que através da "Grafologia"
Seleciona a mais valia.
E tudo isto então
Causa ao leigo confusão
Pergunta ele espantado
E meio ressabiado
Se a tal Psicologia
Não é antes bruxaria
Eu me atrevo a responder
Que tal surto de Alquimia
É falta de Academia.
Não pense caro leitor
Que eu desdenhe as alternativas citadas
Só não posso permiti-las à Psicologia misturada

EXPEDIENTE CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Adalberto Boletta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos). Cassia Regina Rodrigues, Cláudia Maria Sodré Vieira, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Leile Fernando Silvério, Maria Elisa Pacheco, Maria Salete Abrão Nunes da Silva, Milton Luis Cordassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto, Sérgio Ozella (suplentes).
Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapias, Saúde, Subsedes, Trabalho.
O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Equipe Editorial: Leyla A. V. Falsetti, Odair Sass e Vera Regina Rodrigues.
Edição e Produção de Textos: Editora Travessia Ltda. (F.: 275-8710). **Jornalista Responsável:** Luís Casadei Manechini MTb. 11.127. **Redação:** Raílda Herrero e Tito L. Caruso Bernardi. **Copydesk:** Ítalo Neves. **Direção de Arte:** Osires. **Editoração:** Marcelo Rocha Publicidade. **Fotolito e Impressão:** Artes Gráficas Guarú Ltda.
Tiragem: 36 mil exemplares. **Periodicidade:** bimestral.
As colaborações enviadas ao Jornal CRP-06 poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com os critérios editoriais adotados.
Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - CEP 04038-004 - Fone: (011) 549-9799 - Fax: (011) 575-0857.

Psicólogos discutem seu papel na crise

DIA DO PSICÓLOGO

No dia 27 de agosto o tema "Ciência e Miséria: a Psicologia no Brasil" desencadeou discussões intensas sobre os problemas que afetam a categoria no exercício profissional. Os participantes da mesa-redonda - profs. Ana Bahia Bock, Gregório Barembliit e o jornalista Clóvis Rossi - discutiram o papel exercido pela Psicologia no cenário conturbado da crise brasileira.

RODRIGO CAMPOS



Ser psicólogo hoje no Brasil é testemunhar de perto a perturbadora inquietação de uma população que assiste, sem meios de reagir, às mais insólitas cenas de uma realidade violenta e absurda. Nesse contexto, o papel do psicólogo adquire maior amplitude, pois esse profissional deve analisar como o brasileiro pode estar suportando subjetivamente conviver com um cenário que vai destituindo as pessoas de qualquer possibilidade de se auto referir.

Com estas palavras, a psicóloga Maria Sílvia Bolguese abriu a mesa-redonda programada para marcar a passagem do Dia do Psicólogo - 27 de agosto, diante de um auditório lotado, por mais de 400 psicólogos, no Sindicato dos Professores, em São Paulo.

Tendo como tema central "Ciência e Miséria: A Psicologia no Brasil", o evento promovido pelo CRP-06 superou as expectativas iniciais. Os debatedores convidados - professores Ana Mercês Bahia Bock, Gregório Barembliit e o jornalista Clóvis Rossi - discutiram sobre assuntos que tocam de perto a categoria, como as condições do exercício da profissão, a necessidade de transformar a Psicologia numa profissão social, a formação e a organização política dos psicólogos.

A professora e diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP Ana Bahia iniciou sua exposição enfatizando as condições da profis-

são de psicólogo no Brasil. Num País de grande concentração de renda, a situação da categoria não poderia deixar de refletir os contrastes nacionais, que foram revelados pela pesquisa "Quem é Psicólogo Brasileiro", do CRP.

"Somos 85.000 psicólogos no País, dos quais 75% concentram-se na região Sudeste e 45% estão no Estado de São Paulo. Em São Paulo e Rio de Janeiro, verifica-se a menor relação habitante/psicólogo: 1.187 habitantes por psicólogo. Enquanto no Nordeste - nos estados de Sergipe e Bahia, ocorre a maior relação: 13.000 habitantes por psicólogo 70% da categoria estão nas Capitais, sendo que 43,4% se dedicam à área clínica".

De todas as estatísticas, a que Ana Bahia considera mais alarmante é a que retrata a reduzida inserção dos psicólogos nos serviços públicos (26%). E adverte que a média nacional de trabalhos da categoria em saúde pública é de apenas 10%. "Somos profissionais de saúde, mas tratamos da saúde de quem?" - indagou a pesquisadora. "Temos uma profissão importante, mas incapaz de gerar a sua importância social", constatou.

Trabalho elitizado

Ao fazer o diagnóstico do exercício profissional, Ana Bahia identificou, em sua dissertação de mestrado em Psicologia Social, várias situações de contradição vividas pelo psicólogo:

"A vida institucional aparece para os psicólogos como possibilidade e como impossibilidade. A instituição é aquela que permite realizar projetos coletivos de transformação social, que permite o tão desejado trabalho com a população que necessita de atendimento psicológico. Mas esta instituição não permite um trabalho contínuo, o profissional fica à mercê do jogo político. "O consultório aparece como a fortaleza da categoria. As dificuldades, o não saber, as cobranças sociais de definição de um projeto de trabalho não chegam aos consultórios. Por outro lado, o trabalho próximo ao cliente permite uma prática satisfatória, um trabalho profundo, complexo e completo. No entanto, esse trabalho é elitizado e torna inviável o sonho de colocar a Psicologia a serviço da maioria da população.

"O consultório é ainda um local de trabalho curativo e individualizado, que também torna inviável o trabalho preventivo ou de promoção da saúde.

"A universidade, por sua vez, aparece como um local de debates, que proporciona crescimento pessoal e avanço político e científico. Mas a verdade é que as nossas universidades estão fechadas entre muros e pouco sabem sobre a realidade brasileira. Concentram-se em capitais, em bairros nobres. Transmitem uma ciência fragmentada em que o psicólogo não sabe nem mesmo reconhecer com clareza e segurança a chamada dimensão psicológica dos fenômenos, a dimensão do emocional, do racional, do racional infiltrado pelo irracional, das representações, das expectativas.

"A miséria da Psicologia: falta produção de conhecimentos"

"Temos um profissional que recebeu uma formação técnica, que aplica conhecimentos, mas não os produz. Ora, uma realidade como a brasileira não possui teorias e técnicas próprias. Exige-se que o profissional seja produtor de conhecimentos, cuja base é ali mesmo, em seu local de trabalho, diante de sua realidade cotidiana de terceiro mundo, para a qual as teorias de primeiro mundo não têm aplicações". Aí está a miséria da Psicologia: a nossa profissão carrega as contradições desse País rico-pobre".

Diante desse quadro, Ana Bahia defende a imediata revisão dos modelos de atendimento terapêutico e médico. Para superar esses modelos arcaicos, que não alcançam a realidade brasileira, serão necessárias mudanças políticas e de linguagem.

Outro aspecto da profissão que deve ser alterado, diz respeito à visão de homem que adotamos, destacou a

pesquisadora. "Quanto mais compreendermos e explicarmos o homem por conceitos universais, mais distantes estaremos de uma possibilidade de chegar à Psicologia do homem brasileiro, que parta das necessidades e da realidade onde inserimos o nosso trabalho. Devemos compreender o homem e seu mundo psíquico como histórico e socialmente determinado.

Todas essas mudanças só acontecerão com a intensa participação da categoria nas lutas de sua sociedade. Ana Bahia conclamou os psicólogos a abandonar a postura isolada de atuação que tem marcado a categoria, partindo para a busca de soluções coletivas.

"Descobrir o que é prioritário"

O médico psiquiatra, psicanalista e professor de mestrado da UFMG, Gregório Barembliit manifestou a sua preocupação com a necessidade de se identificar o que é prioritário para a sociedade nesse momento. "Mais do que os contrastes, o que mais afeta o país é a situação de guerra interna, o processo de genocídio crônico, que impede a vigência do império da lei".

E nesse cenário de violência e crise, prosseguiu Gregório, toda a Psicologia, a Pedagogia e a Medicina devem ser "de guerra", para atender às necessidades da população.

Mas a população não tem como se organizar diante da deterioração acelerada de suas condições de vida. E o suposto "império da lei" não garante ao povo os seus direitos básicos. Por isso, ele sugeriu que se busquem formas efetivas de organização, identificando no ordenamento jurídico, que nem sempre é claro, dispositivos de emergência, como o estado de calamidade pública e o estado de necessidade, para garantir a sobrevivência da população.

"Meu nome é Brasil. Eu tenho cura, doutores?"

O jornalista Clóvis Rossi, articulista político do Jornal Folha de São Paulo, optou por contar a "história clínica" do Brasil para tentar obter alguma resposta para os "problemas de cabeça do País".

Para economizar tempo - "afinal, a hora de consulta está cara", ironizou - Clóvis Rossi relembrou os dramas vividos pelo País com o regime militar, a censura, as perseguições e a abertura política. Comentou o fracasso dos "remédios" aplicados no país pelos planos Cruzado, Bresser e Collor. Recordou também a decepção causada pela Constituinte. E o constrangimento do primeiro presidente eleito após 29 anos, que ▶

"prometia levar o país inteiro ao Primeiro Mundo a bordo de um jet sky".

"No fundo, o problema do Brasil é de "cuca, de cabeça". E nisso eu concordo com a professora Ana Bahia: o tratamento indicado para o Brasil é coletivo, voltado para o social", concluiu Clóvis Rossi.

Debates

A participação dos profissionais no debate refletiu algumas das principais preocupações da categoria com a formação oferecida pelas faculdades, as condições de exercício profissional, a inserção do psicólogo nos movimentos sociais e a precariedade dos serviços de atendimento à população. Para Ana Bahia, as dificuldades do psicólogo têm início na forma

ção, pois a realidade com a qual o profissional se defrontará não entra na universidade.

Ao analisar a questão da formação, o professor Gregório Barembliit enfatizou a necessidade de participação dos estudantes para tornar possíveis as mudanças. "Não se deve aguardar, passivamente, propostas novas das cúpulas acadêmicas. Para alterar a formação alienada que recebem, os estudantes têm de exercer uma democracia direta". Clóvis Rossi concluiu afirmando que "a Universidade deveria ser uma fábrica de utopias, substituindo as fábricas de conformistas que temos hoje".

Ao final do evento foi aprovada uma moção de apoio (ver quadro) à manutenção dos serviços públicos de atendimento à população no município de São Paulo. ●

Moção de repúdio

Nós, psicólogos reunidos no Debate do Dia do Psicólogo, vimos denunciar o quadro alarmante em que se encontra a saúde no município de São Paulo, consequência do desmontamento realizado pelo governo Maluf nos serviços públicos de saúde.

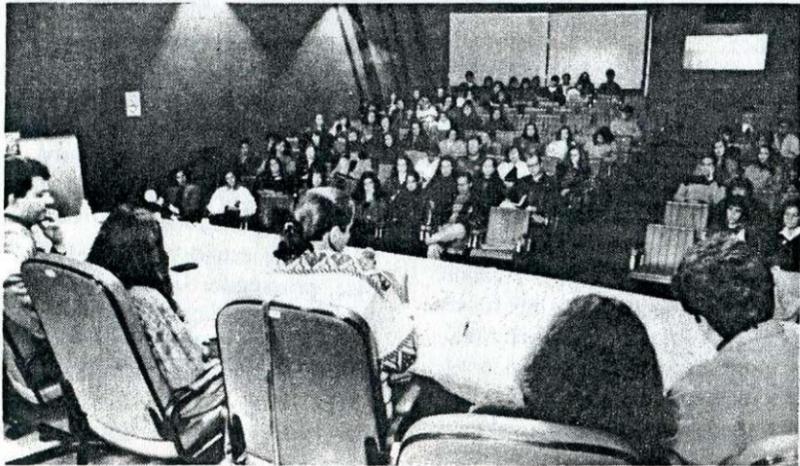
Isto se torna mais preocupante pois se soma à grave crise vivida no resto do país, corroborando com o forte movimento de privatização da saúde, em âmbito nacional.

Queremos reforçar a nossa posição em defesa da rede alternativa ao modelo manicomial implantado na cidade de São Paulo.

- NÃO AO FECHAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL, HOSPITAL DIA, CENTROS DE CONVIVÊNCIA E ENFERMIARIAS PSIQUIÁTRICAS EM HOSPITAIS GERAIS.
- NÃO AO FECHAMENTO DE HOSPITAIS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA.

Psicólogos da Prefeitura presentes à mesa-redonda - 27 de agosto de 1993, dia do Psicólogo

JOÃO CALÉPSO



Processo constituinte direciona debates do Dia do Psicólogo nas subsedes

Eventos diferenciados marcaram o Dia do Psicólogo nas subsedes do CRP-06. Mas o Processo Constituinte norteou os debates em quase todas as regiões. Restritas ao dia 27 de agosto, ou estendidas durante toda a semana, as comemorações significaram sessões de cinema, palestras, mesas-redondas, bate-papos, reuniões, debate e coquetéis. Na berlinda, o exercício profissional, a formação e a organização política dos psicólogos.

Para discutir o Processo Constituinte hoje é necessário lembrar as "raízes históricas" da regulamentação da profissão, que remonta a 1962. Essa constatação dos profissionais da subsede de Santos levou à projeção do filme "Um dia um gato", de 1963. Seguido de debate com psicólogo Everaldo Ferraz, chefe do Departamento de Cinema da Secretaria de Cultura local, a película retrata o "caldo histórico" da época, engrossado pelo movimento em favor dos direitos humanos.

Assis deu um corte cinematográfico na história, sem esquecer o desrespeito aos direitos humanos, ao projetar "Pixote - a lei do mais fraco". O filme subsidiou debate sobre desenvolvimento infantil, relações familiares, conjuntura sócio-política e o (mal) trato da questão da infância e adolescência pela imprensa.

O papel na sociedade

Reuniões, debates, mesas-redondas, vídeos trouxeram à reflexão o papel do psicólogo, enquanto profissional na vida brasileira. Como estão os profissionais inseridos no contexto de cada localidade, nas diferentes instituições onde atuam e seu papel no resgate da cidadania. Os coordenadores das subsedes avaliam que o

saldo desses debates se multiplicará nos próximos meses. As comissões de trabalho saíram solidificadas ou se estruturaram definitivamente em muitas regiões, garantindo a sustentação do debate sobre o Processo Constituinte.

Em algumas subsedes o Dia do Psicólogo foi precedido de duas ou três semanas de debates ou reuniões por área de atuação ou por diversidade geográfica. A subsede de Taubaté, por exemplo, instalada há dois meses, firmou-se geográfica e politicamente no Vale do Paraíba. Dedicou setembro à estruturação das comissões e à continuidade dos debates para alcançar dezembro com teses mais elaboradas à Constituinte. "O evento do dia 27 amarró a discussão sobre exercício profissional e também as comissões", avalia o subcoordenador Sérgio Ricardo Alves Donda.

Em Ribeirão Preto, as comissões foram os pilares de sustentação da semana. A Comissão de Comunicação fez o intercâmbio, entre as de Educação, Psicoterapia e Trabalho, que se responsabilizaram pela aglutinação dos profissionais no debate.

Em Campo Grande, o saldo da semana também se traduziu na organização, para formação de outras comissões. Antes só funcionava a de Saúde. A partir de três temas básicos - Educação, Saúde e a relação do profissional da Psicologia com a política, na perspectiva do resgate à cidadania - Campo Grande ampliou a participação dos profissionais na subsede. Lucila de Souza Rodrigues, da coordenação, considerou os resultados "excelentes e gratificantes".

Pleitear formação menos deficitária para o desenvolvimento do trabalho cotidiano, assegurando novas possibilidades no mercado de trabalho. Este foi o direcionamento dos debates na subsede de Bauru. Os profissionais da região propõem que os docentes sejam "práticos atuantes". A coordenadora Zilá Flauzina

Soucheff Domingues avalia que as duas mesas-redondas promovidas - uma em nível de Psicologia Clínica e outra abordando a Psicologia Social, do Trabalho e Escolar - deram a largada para o debate que se inicia sobre o Processo Constituinte.

A formação e o exercício profissional também dominaram o debate em Cuiabá. A mesa-redonda sobre os caminhos do psicólogo em Mato Grosso, segundo a coordenadora da subsede, Alcione Silveira de Freitas Medeiros, abriu a discussão em torno do Processo Constituinte. "O evento foi positivo quanto ao convite ao debate", avalia diante da frequência e participação, que considerou qualitativas.

A discussão foi praticamente voltada para o Processo Constituinte, em Assis, segundo o balanço da coordenação local. Houve abertura para outros eventos, despertando-se o interesse para o debate. Os grupos de Saúde e do Fórum local querem promover reuniões com profissionais de áreas afins, para romper o isolamento profissional. E ainda propõem novos eventos, visando o Processo Constituinte.

Abertura na imprensa

As comemorações do Dia do Psicólogo asseguraram à categoria espaço na imprensa em diversas regiões. Na região da subsede de Santos, durante uma semana, a Rádio Anchieta, de Itanhaém, destinou de 15 a 30 minutos diários para os profissionais da subsede falarem sobre adolescência (Estatuto da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar), saúde e stress no contexto social, ética, cidadania, reforma da legislação, exercício profissional, educação etc. O último programa foi destinado ao debate sobre o Processo Constituinte.

Além de espaço nas rádios locais, a subsede de Campinas divulgou o evento e a postura do Conselho sobre ética, práticas alternativas e sobre a

Constituinte da Psicologia. Taubaté também tem se preocupado em abrir o Conselho local à sociedade. A repercussão tem provocado ressonância na categoria, segundo avaliação da coordenadora Helena Maria Cursino de Mora Hiriyé.

São José do Rio Preto não se descuidou da comunicação. Os profissionais da subseção enviaram correspondência aos colegas, avaliando que no dia do Psicólogo "não tinham muito a comemorar, tendo-se em vista a situação crítica do País". Neste contato, apresentaram a plataforma de trabalho até o final do ano, além de relatar as atividades desenvolvidas na região. Destacaram a participação no movimento antimanicomial e no fórum de entidades que organizam o Conselho Tutelar de Defesa da Criança e Adolescente. O Processo Constituinte também estava na ordem do dia da correspondência.

Avaliado como "um encontro de aquecimento", pela coordenação local, a mesa-redonda de Campinas serviu para estimular, "a partir do olhar dos outros, a discussão sobre nossos caminhos, nossos espaços e nosso rumos". O evento foi precedido da gravação de um vídeo, com depoimento de populares em geral, sobre a experiência que têm com a Psicologia. A partir da apresentação do trabalho, os profissionais debateram os rumos da profissão, cientes da necessidade de aprofundamento de diversas questões na Constituinte.

Durante os debates, palestras e apresentação de vídeo, os profissionais do Grande ABC, reunidos na subseção de Santo André durante a semana de 23 a 27 de agosto, enfatizaram a importância da participação no Processo Constituinte. Até ao se discutir o papel do psicólogo frente a um novo olhar em atenção à saúde mental, "puxaram ganchos" para o debate maior. De acordo com Maria Aparecida Silva, da coordenação local, "lembramos a todos que o Processo Constituinte propõe rever a atuação do profissional, o exercício e a formação. Colocamos a necessidade de reformulação da formação profissional, de se estar revendo o papel do psicólogo no contexto atual". Mesmo avaliando que falta "fazer mais provocação" junto à categoria, para ampliar o debate, Cida acha que a semana teve papel fundamental no avanço do debate sobre o Processo Constituinte.

Houve dificuldade para chamar a categoria à participação foi o principal problema apontado pelas coordenações das 11 subseções, nesse primeiro Dia do Psicólogo promovido pela atual gestão do CRP-06, Psicologia e Cidadania. E há unanimidade quando avaliam a qualidade dos debates promovidos e o despertar dos profissionais para a importância do Processo Constituinte na mudança do cotidiano da Psicologia.

CRP participa de vitórias em clínicas

O CRP-06 está firmando seu espaço na defesa da cidadania, quando a saúde mental está em jogo. A firmeza e rigor de seus representantes no Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Assistência Psiquiátrica Hospitalar, durante as vitórias, comprovam essa disposição

A participação do Conselho, em visitas a clínicas, foi assegurada pela portaria 63 (Ministério da Saúde), de 30 de abril de 1993. Instituído pela Secretaria de Assistência à Saúde, ao grupo compete inspecionar hospitais psiquiátricos públicos, privados, filantrópicos e universitários, contratados ou convenionados, em todo o País, mediante sorteio, denúncias ou por solicitação. Objetiva avaliar e acompanhar a correta aplicação das normas em vigor. Devem elaborar relatórios de visita para aplicação de indicadores de avaliação e acompanhamento das portarias 407 e 408.

Representando o CRP-06, o psicólogo Floriano Nuno de Barros Pereira Filho participou da vitória à Clínica Maia, próxima a São Paulo, no início de julho. Esta foi a primeira vitória, na região, após o decreto. Na clínica há 200 leitos. Destes, 70 destinam-se a particulares e 130 a pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contraditoriamente, os pacientes da área conveniada ocupam apenas 1/4 do espaço. A diária de cada um dos 130 pacientes custava aos cofres da União cerca de 17 dólares, antes da vitória. O Ministério da Saúde gasta, anualmente, 264 milhões de dólares com internações psiquiátricas. No País, há 313 hospitais psiquiátricos - 54 públicos e 259 privados. O tempo médio de internação é de 69 dias.

"Nossa visita serviu para constatar que há duas clínicas: uma refere-se ao espaço ocupado pelos pacientes particulares. É bem cuidada, com prédios limpos, pintados e jardins bem tratados. E outra, onde permanecem os pacientes do convênio SUS", afirma Floriano. "Em todo o espaço destinado a esses pacientes, o que se observa é sujeira, falta de conservação, ausência de jardins, falta de espaço para recreação". Em função da hotelaria, segundo o psicólogo, não há mínimas condições para que a internação tenha qualquer valor terapêutico. Quanto ao tratamento, a vitória observou apenas uso de medicamento ou eletrochoque.

Antônia Maria Cipolli, psicóloga, a Toninha, coordenadora de Saúde Mental no Governo do Estado de São Paulo, que também participou da

vitória, concorda: "A clínica é insuficiente em relação a todos os aspectos de atendimento aos pacientes não particulares". De acordo com ela, "o chocante aspecto de estrutura física, hotelaria e a falta de programas terapêuticos levaram a clínica a ser rebaixada na classificação". Do tipo I declinou para IX. Isso se traduzirá em redução de quase um terço no repasse de recursos públicos à clínica. Toninha ressalva que os aspectos positivos das "duas clínicas" eram os mesmos: qualidade nutricional bastante boa e os pacientes não estavam hipersedados.

Os relatórios dos vistorios foram enviados ao representante do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro - o psiquiatra Clécio Maria Gouvea, especialista em planejamento em Saúde e coordenador dos hospitais do Ministério da Saúde. Ele também participou da vitória e encarregou-se do relatório final. "Este trabalho tem como finalidade construir um novo modelo de assistência hospitalar, onde o paciente não seja tratado com descaso", explica o médico. "O relatório funciona como um mecanismo de transformação. E as respostas têm sido muito boas".

O dr. Clécio ressalta que a atuação do CRP, em São Paulo, na vitória foi "excelente". Para ele, a participação dos Conselhos de Psicologia e de Enfermagem, dos usuários e da Secretaria Estadual de Saúde deu cunho de supervisão ao trabalho. "Para nós, é gratificante fazer visitas acompanhados pelas entidades e usuários. Dão respaldo ao relatório. Substanciam. Dividem as responsabilidades. Enriquecem pelas visões multiprofissionais". Toninha conjuga da mesma opinião, dizendo que o Estado pretende abrir as vitórias à participação dos conselhos de Medicina, de Serviço Social, entre outros.

Visitas continuam

Em 19 e 20 de agosto, o Conselho integrou novamente a equipe de supervisão, em São Paulo. Dessa vez o sorteio recaiu sobre a Casa de Saúde de Santana. São 500 leitos, conveniados com o SUS. Segundo o

psicólogo Floriano, a vitória permitiu demonstrar que o local é, na prática, um grande manicômio. Desenvolve exemplarmente seu papel de instituição de reclusão, excluindo da sociedade aquele que sofre mentalmente. Na avaliação dele, inexistente projeto terapêutico, que permita o tratamento das pessoas ali internadas. O caráter manicomial está presente na ênfase em terapêutica medicamentosa; na subordinação dos trabalhos de terapia dos médicos. Há ainda normalização excessiva, com filas, horários rígidos para visitas e conversa com médicos. Além do desrespeito à cidadania dos internos, através da violação de correspondência ou proibindo o uso do telefone.

Vitória em Cuiabá

Em Mato Grosso, o Conselho também está na Comissão Permanente de Vitória. Na supervisão feita ao Centro de Assistência Psicossocial Adalberto Botelho a coordenadora da Comissão Gestora da Subseção, psicóloga Alcione Silveira de Freitas Medeiros, representou o CRP-06. A vitória constatou excesso de pessoal /havia 500 leitos totalmente ocupados e o quadro de pessoal não correspondia ao exigido por Lei. Não havia nenhuma atividade de terapia ocupacional mais efetiva. Apesar da infra-estrutura razoável, havia alguns "nós importantes", na expressão de Alcione. Como exemplos, cita o isolamento do paciente em relação à família durante os 15 primeiros dias de internação e os muitos pedidos de internos para "ir embora".

De acordo com a psicóloga, o quadro não era adequado, necessitando de alterações. "Tal como estava, não contribuía para a melhoria, mas para a cronificação da doença". Alcione Silveira destaca, nesse processo, a importância do CRP estar se firmando e participando de questões relativas à saúde mental, junto à comunidade. "Foi um espaço importante conquistado. É importante para saber como se trata a questão da saúde mental num hospital privativo conveniado".



Infância e adolescência: direitos assegurados, práticas contrárias

As disparidades entre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente e as práticas nas instituições públicas nortearam o debate promovido na sede do CRP-06, em 2 de setembro. Foi o primeiro de uma série que a Comissão de Infância e Adolescência organizará, visando a reflexão e a inserção dos psicólogos no amplo debate sobre o tema, durante a revisão constitucional.

O debate foi coordenado pelo conselheiro Odair Sass. Contou com a participação de psicólogos que trabalham em diferentes órgãos responsáveis pela proteção à criança, bem como no Sistema Judiciário.

O debatedor Jairo Fonseca, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), lembrou que o Estatuto da Criança não tem poder coercitivo para obrigar o governo a cumprir seu papel de defensor das crianças socialmente excluídas.

"O Estatuto apontou rumos. Ditou a filosofia no trato com a criança", explicou o advogado. Mas, "para

cumprir esta determinação, o Estado tem contra si a má vontade dos Poderes Públicos, dos pais, dos professores, e dos diversos profissionais envolvidos". Ele está cético quanto aos rumos da Lei na revisão Constitucional: "Se conseguirmos manter o que está ali já será uma grande vitória".

Jairo Fonseca questionou o papel de muitos psicólogos durante emissão de laudos - peças fundamentais para subsidiar o trabalho dos juízes. Segundo ele, ao emitir um laudo, muitos profissionais julgam novamente. E acrescentou: "Muito cuidado para não darem laudos padronizados, para não se envolverem pelo ar que se respira em determinadas Varas de Infância".

Para Odair Sass essas discrepâncias decorrem, em grande parte, da má formação profissional. Avaliando que os problemas da infância e adolescência não têm importância apenas circunstancial, o Conselho pretende ampliar e abrir o debate a outras categorias profissionais.

Aberto o debate sobre psicoterapias

Uma grande parcela da categoria tem com prática profissional o exercício da psicoterapia, em clínicas e consultórios particulares. Esses profissionais devem, portanto, ter representação assegurada na Constituinte, para expressar seus anseios.

Esta representação é defendida pelo CRP-06, empenhado em desencadear ampla participação da categoria no Processo Constituinte da Psicologia. O Conselho definiu como estratégia a realização de discussões temáticas que se organizarão a partir dos ramos de atividade profissional.

A Comissão de Psicoterapias do Conselho convida os psicólogos a participarem das discussões pertinentes à prática da psicoterapia, objetivando elaborar teses para a Constituinte. O Congresso Regional de Psicologia deliberará sobre propo-

sições e teses, que serão encaminhadas ao Congresso Nacional de Psicologia, implicando mudanças no perfil do exercício profissional.

Alguns temas que poderão estimular discussões para problematizar a prática profissional foram eleitos. Entre eles: o campo de atuação do psicólogo clínico; psicoterapia e formação profissional; psicoterapia e ética; e Psicoterapia e a Lei 4119, que regulamenta o exercício profissional.

O primeiro fórum de debates foi agendado para 13/10/93, na sede do Conselho. Confirmar a participação pelo telefone 549-9799, com Simone. A Comissão de Psicoterapia reúne-se todas as quartas-feiras, das 14 às 16 horas, no mesmo local.

Matéria sobre Regimento Interno do Congresso Constituinte (Veja nas páginas 14, 15 e 16).

Dúvidas? Ligue para o Centro de Orientação

Quando necessitar de esclarecimentos técnicos ou relativos ao exercício profissional e à ética, ligue para o Centro de Orientação do CRP-06. Informe-se ainda sobre questões vinculadas ao Conselho; procedimentos quanto a registros; e até mesmo sobre formas de inserção política, na atuação em instituições públicas.

Desde que sua oficialização foi aprovada, no final de abril, este núcleo tem prestado constantes serviços à categoria, traçando novos rumos à Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Ao privilegiar a orientação, a Comissão deixou de ter caráter meramente policesco, colocando um ponto final nos programas rotineiros de fiscalização. Das antigas tarefas, atende apenas às denúncias de irregularidades no

exercício da profissão, que chegam ao CRP.

"O Centro de Orientação é o lugar de acolhimento das demandas dos psicólogos", esclarece Leyla Venegas Falsetti, conselheira, da Comissão de Orientação e Fiscalização. "Através de um trabalho de elaboração e tematização dessas demandas, comprometemos os psicólogos na discussão e encaminhamento dos seus problemas". A psicóloga explica ainda que os pedidos de orientações mais pontuais são atendidos de pronto, até por telefone. Mas, dependendo da complexidade, a questão é analisada pela Comissão. Para questões mais abrangentes, procura-se ampliar o debate, envolvendo outros setores da categoria e mesmo da sociedade.

CONSELHO
FEDERAL DE PSICOLOGIA



Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Edital de Convocação

São Paulo - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul

Atendendo ao disposto no artigo 24, alínea "C", da Lei 5766, de 20 de dezembro de 1971, convoca os psicólogos inscritos neste Regional para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de outubro de 1993, às 20 horas em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus integrantes e, às 20:30 horas, em 2ª convocação com qualquer número de psicólogos presentes.

LOCAL:

Sede do Conselho Regional de Psicologia -
6ª Região
Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - São
Paulo - SP

ORDEM DO DIA:

1ª Prestação de Contas de 1993;
2ª Orçamento - programa de 1994;
3ª Outros assuntos.

São Paulo, 15 de setembro de 1993.

JOSÉ ROBERTO TOZONI REIS Conselheiro - Presidente em Exercício
LÍGIA VALERIA GIANNI - Conselheira - Tesoureira

Psicologia no corpo-a-corpo contra a Aids.

FOTO: MÁRCIO NOVAES.



"Nós, psicólogos, na psicoterapia de soropositivos ou pacientes HIV terminais, tratamos com o vírus do preconceito. E este vírus, difundido pelos meios de comunicação e sistemas de poder, é muito mais virulento do que o vírus biológico. Este, não necessariamente, leva o paciente à morte. Mas aquele é fatal. O psicoterapeuta precisa estar muito bem-preparado para lidar com o medo do paciente de enfrentar a sua própria doença, a angústia da existência ameaçada e sua sexualidade. E não ser, ele mesmo, o portador iatrogênico da morte".*

Reportagem de Luís Casadei

Um dos maiores medos do brasileiro é contrair o vírus HIV e morrer de doenças provocadas por ele. Embora a Aids mate menos que problemas do coração, câncer, pulmão, acidentes de trânsito, diabetes ou infecções hospitalares, é ela quem traz o grande temor, o verdadeiro pavor de uma sociedade pouco afeita à solidariedade. O que era a busca do prazer, seja através das drogas ou do sexo, se tornou um grande pesadelo. Os sentimentos de culpa afloram e a morte antecipada assusta. Preconceitos? Muitos. Para minimizar, combater essa desordem emocional, o trabalho do psicólogo é fundamental.

Numa praça da cidade de Rio Claro, um portador do vírus HIV, Carlos A., 32 anos, fala sobre a importância do apoio psicológico recebido no ambulatório DST/AIDS local:

"Quando a gente recebe a notícia tem impressão de que uma grande pedra atingiu a sua cabeça. Você sempre pensa: comigo não vai acontecer. Quando acontece, fica comple-

tamente desorientado, perde o raciocínio. A primeira vontade é fazer uma loucura, se jogar debaixo de um caminhão. Ao passar pelo psicólogo, fiquei sabendo que ser um soropositivo não significa morrer amanhã. Então ensinam a gente a conviver com o vírus, a lidar com ele, que não se morre apenas por ter o vírus. Ensinam você a ter cabeça fria, a não sair espalhando o vírus por aí, a se reconciliar com a vida. Hoje, eu não tenho mais preconceito em dizer que sou um soropositivo, vou inclusive falar sobre isso publicamente para ajudar outros companheiros. Nisso tudo, o trabalho do psicólogo é muito importante, posso dizer que a minha cabeça está 75% no lugar".

Sebastião, Rozilda, Dizete, Sueli, Cláudia, Ana Maria e Léa enfrentam no seu dia-a-dia os desdobramentos dessa doença incurável de final do século. São psicólogos pioneiros na difícil tarefa de atender pacientes portadores ou terminais do HIV, uma relação que nem sempre as teorias da Psicologia explicam, porque a doença cria novas e desconhecidas situações.

Para Sueli Ferreira de Godoy, psicóloga do Hospital Emílio Ribas, seis anos de trabalho na área hospita-

lar, há poucos recursos teóricos e científicos para lidar com esse tipo de paciente:

"As teorias da Psicologia nos ajudam a entender o paciente, dá para perceber o que está acontecendo. Mas elas não dão suporte suficiente para se lidar com o doente. Com exceção de Elisabeth Klübler Ross, psiquiatra que escreveu e meditou muito sobre o assunto, há pouca informação nos livros que ajudem no atendimento e no acompanhamento psicológico dos portadores do HIV. A experiência com essas pessoas vêm somando, acrescentando novas práticas ao trabalho do psicólogo".

E o que é, para o psicólogo, trabalhar com soropositivos ou pacientes terminais do HIV?

É, no mínimo, uma **barra bem pesada** para todos os envolvidos nessa missão. Especialmente para os psicólogos. A idéia da morte está presente na maioria dos atendimentos. Como afirma a psicóloga Ana Maria Baricca, oito anos de trabalho no Sistema Penitenciário e dois no Emílio Ribas: "Esse lidar com a morte, com o paciente terminal, leva você a refletir a sua própria finitude. A finitude do paciente projeta a sua. Então, se você não trabalhar esses aspectos em você, acaba não conseguindo ajudar. Nós também passamos por um processo contínuo de psicoterapia para poder suportar o nosso dia-a-dia".

As experiências desses profissionais são vivenciadas, quase sempre, num trabalho de equipe multidisciplinar de médicos, enfermeiras, assistentes sociais, dentistas, nutricionistas, pessoal de apoio administrativo e operacional. Cabe ao psicólogo resgatar o lado emocional saudável dos pacientes e ajudá-los, quando já se encontram em fase terminal, a morrer com dignidade.

Emílio Ribas, a experiência com pacientes no leito

Saber ouvir o paciente, estar ao seu lado, ter a humildade de descobrir suas necessidades, abandonar a postura rígida e distante do terapeuta – muitas vezes é mais um mecanismo de defesa do que uma necessidade científica, já que o profissional não deixa suas características pessoais em casa – são atitudes recomendáveis ao psicólogo. É preciso ouvir o paciente num momento em que ele não tem com quem contar, lamentar todas as perdas que está sofrendo, a chegada da morte. A Aids faz nascer uma relação mais humana e solidária entre psicólogo e paciente. Essas considerações são fruto do trabalho desenvolvido no Hospital Emílio Ribas pelas psicólogas Sueli Ferreira de Godoy, Ana Maria Baricca e Rozilda das Neves Alves.

* Pequeno depoimento do prof. Esdras Guerreiro Vasconcelos, do Instituto de Psicologia da USP, ao Jornal do CRP-06

Sueli: "O psicólogo que passa pelo trabalho com pacientes de HIV hospitalizados sai dessa experiência bem diferente do que quando começou. Entra em contato com a sua própria impotência, com a sua pequenez e vai deixando de lado aquela postura fria, científica. Não é preciso ser frio para que o tratamento dê certo. Tem uma história do professor Ryad, que li numa revista e não esqueço. Ele conta que havia um alfaiate que confeccionava ternos de um só tamanho. Ou o cliente se encaixava neles ou saía nu. Trazendo a história para as teorias psicológicas, eu acho que é isso. Se a gente não se adaptar às necessidades do cliente, especialmente dos portadores do HIV, a gente corre o risco dos pacientes saírem nus, desvestidos, sem o atendimento psicológico de que precisam".

O atendimento é individual, feito junto do leito do paciente. Quando muito, dá para conversar com o paciente e com seu vizinho. Se o vírus já representa uma crise na existência do portador, o momento da internação significa crise sobre crise:

Rozilda: "Cada vez que um portador do HIV é internado, a sensação que ele tem é a de que pode ser a última vez. Para quem desenvolveu a doença, retornar ao hospital é sempre um momento de crise".

Sueli: "O trabalho que o psicólogo presta num hospital, com atendimento a pacientes no leito, é muito particular. A gente intervém num momento de pouca esperança. É bem diferente do que lidar com um paciente soropositivo, que ainda não está internado".

Mais do que a morte, eles temem a deformação física, o emagrecimento, a perda dos movimentos, a dependência que poderão vir ter de outras pessoas, o medo de serem abandonados pelos amigos e pela família. "Em nosso trabalho, a demanda é dos pacientes. Muitas vezes, não é só resgatar a força de vida, muitas vezes é poder tranquilizá-los para que possam morrer mais serenamente, com dignidade" - relata Rozilda.

Nas alas do Emílio Ribas não há só adultos internados em razão do HIV, há enfermarias com crianças que também são portadoras do vírus e desenvolveram a doença. Aqui a presença do psicólogo é fundamental.

Ana Maria: "A crianças querem que você fique do lado delas, segurando na mão, fazendo carinho, solicitam mais atenção do que o adulto. Elas mobilizam mais os profissionais que as atendem. A gente trata de uma criança com Aids como qualquer outra criança doente. Muitas das nossas crianças vêm de Casas de Apoio, foram abandonadas por pais e parentes. Algumas percebem que estão com problemas, que o bichinho está atrapalhando e que precisa ser tirado, mas não têm a noção da extensão do significado da palavra Aids. As poucas crianças que passam por

aqui e sabem do significado da doença, de que forma foi transmitida para que elas (há crianças que contraíram o vírus depois de sofrer agressões sexuais), são extremamente deprimidas. Não brincam com outras crianças, apresentam problemas de relação com o outro, que passa a representar uma figura ameaçadora para elas. Tendem ao isolamento, brincam sozinhas com seus joguinhos".

No Hospital Emílio Ribas, o trabalho psicológico com pacientes do HIV é estendido à família e aos parentes. Não se tem a pretensão de se estar fazendo uma terapia familiar, mas são encaminhadas as questões conflituosas, os sentimentos ambivalentes. Exemplos: A mãe que sente culpa por ter transmitido o vírus para o filho e quer ter outro para substituí-lo ao ver que está morrendo; a mulher que visita o companheiro todos os dias, tem amor e cuidados, mas também muita raiva porque ele lhe passou o vírus; há famílias que velam o corpo vivo. O atendimento é suficiente para que os familiares iniciem um processo de elaboração dos seus sentimentos em relação ao parente que vai morrer, o que esta perda vai representar no âmbito familiar. Segundo as psicólogas, é um trabalho profissional estimulante e gratificante.

A maioria da população de portadores do HIV atendida no Emílio Ribas já apresentava vida desestruturada anterior ao vírus. Travestis, prostitutas, michês, drogados, homossexuais, já viviam marginalizados, com poucos planos para o futuro e hoje convivem mal com o vírus. Os psicólogos não agem com os pacientes para que sobrevivam, mas com objetivo de que, enquanto vivos, possam ter a oportunidade de falar de seus problemas emocionais, talvez uma oportunidade única em suas existências.

Em Santos, o trabalho na casa de retaguarda

A casa, no bairro do Boqueirão, funciona 24 horas por dia, em sistema de internato e semi-internato, para portadores do HIV que desenvolveram a doença. Os quartos, situados na parte superior do sobrado, têm cerca de 20 camas para homens e mulheres infectados. Durante o dia, explica a psicóloga Léa Ferreira Santos, acompanhante terapêutica, a ordem é que ninguém fique nos quartos (somente permanecem os acamados). Os pacientes são incentivados a se ocupar com as atividades da casa. No fundo do quintal, estão as oficinas de pintura, marcenaria e artesanato, onde os doentes passam boa parte de seu tempo. As roupas são lavadas pelos próprios pacientes. A casa tem ainda enfermaria, cozinha, sala de estar com vídeo e televisão.

Para cuidar dos pacientes, uma equipe multidisciplinar conta com três psicólogos (uma das quais é A.T.), dois assistentes sociais, uma enfermeira, oito auxiliares de enfermagem, quatro guardas municipais, além de funcionários de apoio administrativo e operacional. O centro de Apoio e Solidariedade ao Paciente de Aids é mantido pela Prefeitura de Santos e funciona como retaguarda hospitalar para pacientes que receberam alta e não têm para onde ir. Um espaço de curta permanência, o tempo necessário para que os portadores do HIV se reestrutrem e voltem à vida normal.

O apoio psicológico aos pacientes é dado através de trabalhos em grupo. A psicóloga Cláudia Mendes explica: "Em instituições como a nossa, o trabalho em grupo é mais eficiente. Não dá para fazer uma terapia individual pelo envolvimento que temos com os pacientes. Quando eles vêm nos falar de um problema pessoal, incentivamos a que levem a questão para o grupo".

Dois grupos, um do tipo operativo e outro terapêutico, são responsáveis pelo apoio e tratamento psicológico, como também pelas regras de relacionamento entre os pacientes moradores na casa.

No grupo operativo, com reuniões diárias às 9 horas, o paciente organiza o seu dia-a-dia. Se deseja uma saída, por exemplo, leva o pedido à reunião, coordenada pela psicóloga. É o grupo quem concede ou não a permissão. O grupo tem normas definidas, cabe ao coordenador dar a palavra aos participantes.

O Grupo Terapêutico, que se reúne duas vezes por semana, é mais democrático. Nele, o paciente se manifesta sobre o assunto que quiser: dificuldades de relacionamento com a família, os medos com a doença, problemas emocionais em geral. Quando precisam de atendimento individual são encaminhados a profissionais de outras instituições.

Saídas, passeios, atividades ocupam os doentes. "Há momentos em que eles até esquecem a doença, tão envolvidos estão nessas ocupações"; informa Léa Ferreira Santos. De fato, o astral da casa é bom. Os participantes são bem assistidos, recebem comida e remédios na hora certa. "Os problemas ocorrem quando voltam para a vida normal, geralmente se descuidam e retornam ao mesmo tipo de comportamento que tinham antes. Se são prostitutas, voltam para a prostituição. Se drogados, voltam a fazer uso. O histórico dessas pessoas normalmente é de abandono antes de terem contraído o vírus. Já tinham sua vida desestruturada e poucos conseguem elaborar novos planos de vida" - diz Cláudia Mendes.

Ao longo de sua experiência, Cláudia tem observado que o equilíbrio emocional para o portador do vírus é de fundamental importância:

"Há momentos em que eles até esquecem a doença, tão envolvidos estão nessas ocupações"



FOTO: MARCO NOVES

"A gente nota que o paciente portador tem seu lado emocional frágil. Até procura se mostrar forte. Mas quando surge um sintoma, a sua estabilidade emocional desaba. E é justamente a depressão que traz outros sintomas e pode levá-lo ao óbito".

A morte está presente, mas muitos não querem falar. Porém, é importante enfrentar o assunto até como prevenção, para que outras pessoas não venham a ser contaminadas. "Se é drogado, falamos da necessidade do uso de seringas descartáveis. E alertamos todos para cuidados com o sexo seguro" - finaliza Cláudia.

Em Rio Claro, a luta contra a AIDS num laboratório

Em Rio Claro, no interior de São Paulo, um ambulatório DST/Aids da Prefeitura cuida dos portadores do HIV com uma equipe multidisciplinar, composta por médico, assistente social, enfermeira e três psicólogos, além do pessoal de apoio. O trabalho é feito em duas frentes: Uma de Orientação e Prevenção e outra de Acompanhamento e Tratamento. "O aspecto prevenção é fundamental, pois prepara a sociedade local para conviver com menos preconceito contra a doença" - afirma o psicólogo Sebastião Antônio Gonçalves Ambrósio.

Os psicólogos dão palestras e cursos de sensibilização, elucidando a comunidade sobre aspectos importantes para a boa convivência com o portador do HIV. Os cidadãos de Rio Claro aprendem a desvincular a morte concreta da morte social. ▶

Muito desse trabalho foi inspirado na experiência desenvolvida pelo grupo de Prevenção à Aids na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina, quando equipes visitavam escolas para sensibilizar e conscientizar pais, alunos, professores e funcionários sobre a questão da Aids. Esse tipo de trabalho foi aprofundado com teorias e técnicas da Psicologia.

Os cursos de prevenção são dados em escolas, empresas, hospitais gerais e psiquiátricos, Serviço Militar, entre outras instituições. Normalmente, duram cinco dias, com carga horária total de 20 horas divididos nos seguintes módulos: Aspectos Psicossociais da Doença, Questões Técnicas Informativas Sobre Aids, A Sexualidade, A Morte, O Convívio com a Aids.

O trabalho de acompanhamento e tratamento aos portadores do HIV é realizado no ambulatório. Algumas pessoas vêm fazer o teste e se o resultado é positivo, elas passam a ser atendidas pela equipe multidisciplinar. Quando os pacientes são assintomáticos, a orientação é

quanto aos cuidados que se deve ter com a saúde e às práticas sexuais, a partir daí. Se o paciente apresenta situações emocionais que possam provocar ansiedade, depressão e stress, sugere-se a psicoterapia. Nos casos de pessoas que apresentam os sintomas da doença, a psicoterapia é sempre recomendada.

O resultado do teste do vírus HIV é sempre uma situação delicada. A psicóloga Dizete Devera constata: "O que a gente observa quando o resultado é positivo é um esvaziamento da energia vital. O paciente que contraiu a doença em razão de drogas ou por sexo estava buscando situações prazerosas. Situações que se transformaram em sentimentos de culpa, pesadelos. A vontade é de nunca mais tomar drogas ou manter relações sexuais".

A questão da morte só é elaborada quando o paciente é terminal. É quando ele repensa em todas as escolhas que fez durante a vida, o que queria e que não queria. Os psicólogos reforçam os recursos emocionais internos de cada paciente, procurando orientá-los para um novo projeto de vida.

FOTO: MÁRCIO NOVAES



"Prolongar o tempo da soropositividade é um aspecto muito importante do nosso trabalho. Sobreviventes de longa data geralmente apresentam uma situação emocional boa e um projeto de vida" - afirma o psicólogo Sebastião Ambrózio.

Os problemas psicológicos que as pessoas já trazem tendem a se exacerbar com o conhecimento da doença. Os depressivos pioram, os hipocôndricos correm para o médico

quando uma mancha aparece, os histéricos passam a falar muito mais do que antes. Os problemas não se restringem aos portadores. Há familiares que ficam tão ou mais abalados que os pacientes com HIV. Mas, sem dúvida, o maior problema, no entender dos psicólogos de Rio Claro, Sebastião e Dizete, é a decretação por parte da sociedade da morte antecipada do paciente do HIV, a morte civil nas palavras de Hebert Daniel. ●

Proposta Orçamentária 94

A Gestão Psicologia e Cidadania assumiu como compromisso em sua Carta Programa a cobrança do menor valor possível para a anuidades. E, de fato, nossa receita mostrou-se, em certa medida, satisfatória para o encaminhamento dos processos administrativos e para a execução de alguns projetos políticos. Todavia, à medida em que avançamos na reforma administrativa,

prossequimos na ampliação de nossa intervenção política e investimos na organização da categoria, novas necessidades surgiram. O aparelhamento das subdesdes (instrumentalização e outros) dão claros sinais de como a agilidade política e organizacional tem preço. E alto: 100 UFIRs ou 110 UFIRs?

Para a Assembléia Geral do CRP-06 (veja convocação), a Gestão Psicologia e Cidadania trará, juntamente

com essas opções de unidades em UFIRs, as realizações que cada um dos valores permitirá.

Esta decisão significará, no primeiro caso, a continuidade dos projetos encaminhados: Ações e projetos das várias Comissões, informatização das subdesdes e Projeto Constituinte, que abrangerá Encontros Setoriais, Encontros Regionais e Congresso Estadual. A segunda proposta inclui ainda uma das presentes necessi-

dades vividas pela categoria e que nos coloca frente à nossa própria identidade: **O Recadastramento.**

A existência de um cadastro que contenha informações sobre o perfil do psicólogo e sua atuação profissional, capaz de gerar aspectos estatísticos de relevância, é fundamental e estratégico para o desenvolvimento de políticas pontuais. Veja nos quadros abaixo os demonstrativos:

ORÇAMENTO 1994				
Receitas				
Valor da Anuidade	100 UFIR		110 UFIR	
A) Receita de Anuidades	2.494.500		2.743.950	
B) Receitas Patrimoniais	65.000		70.000	
C) Receitas de Serviços	131.720		149.295	
D) Outras Receitas	238.500		238.500	
Total Geral	2.929.720		3.201.745	
Despesas				
	100 UFIR	%	110 UFIR	%
A) Recursos Humanos	1.152.000	39,32	1.152.000	35,98
B) Adm. / Manutenção Sede	334.500	11,41	334.500	10,44
C) Adm. / Manutenção Sub-Sede	102.000	3,48	102.000	3,18
D) Transferências Obrigat. (CFP + Pasep)	738.642	25,21	807.141	25,04
E) Atividades / Comissões Plenárias	220.000	7,51	220.000	6,87
F) Projetos e Ações	382.572	13,06	382.572	11,95
Projeto p/ Recadastramento			203.532	6,36
Total	2.929.714	1,00	3.201.745	1,00
Valor da UFIR em Setembro - CR\$ 56,48				

ANUIDADES PROPOSTAS PARA 1994				
	data pagamento	desconto	Proposta 1 100 UFIR	Proposta 2 110 UFIR
parcela única	31/01	20%	80 UFIR	88 UFIR
	28/02	10%	90 UFIR	99 UFIR
	31/03	--	100 UFIR	110 UFIR
parcelamento	31/01		34 UFIR	37 UFIR
	28/02		33 UFIR	37 UFIR
	31/03		33 UFIR	36 UFIR

Reforma da casa

A nova sede vai ser reformada. Estamos elaborando o processo de licitação para o projeto de reforma, e o edital será publicado em breve. Aceitamos indicações de arquitetos. Entrar em contato com o CRP-06.

A des-articulação entre a formação e as necessidades da sociedade

Sérgio Ozella e Maria de Lurdes pela Comissão de Formação

O caso da Psicologia

A situação das instituições formadoras: Nas regiões de São Paulo, Mato Grosso do Sul, cobertas pelo CRP-06, 35 instituições formam profissionais em Psicologia. São 32 em São Paulo, duas no Mato Grosso do Sul e uma no Mato Grosso, compondo 34% das instituições no país. A predominância da rede privada é massacrante - 83% contra apenas 17% da rede pública.

Apesar de a maioria das instituições realizar apenas um vestibular por ano, o número de vagas oferecido é surpreendente: em média, 220 nas regiões metropolitanas e 98 no interior, o que dá uma estimativa de 4500 vagas/ano. Considerando-se a evasão dos alunos durante o curso e tendo como parâmetro as inscrições no CRP-06, chegamos a um aumento anual de psicólogos no mercado em torno de 2000 profissionais.

Esse quadro sugere um acúmulo de oferta de mão-de-obra, acima da demanda do mercado, principalmente se considerarmos que os profissionais se concentram no atendimento de uma parcela da população que não pode ser considerada a maioria. Além da saturação no mercado profissional, também os vestibulares mostram o mesmo problema: Isto é, apesar das aparências, o número de candidatos não justifica a existência de tantos cursos. Comparando a relação candidato/vaga, verificamos que em quase metade das instituições o índice não passa de dois candidatos por vaga; em dez, o índice atinge quatro vestibulandos, e em apenas nove instituições a relação alcança seis candidatos. O que é mais marcante é que apenas seis instituições são procuradas por mais de seis vestibulandos, atingindo, aí sim, índices entre 16 e 22. Mas isso acontece apenas nas instituições públicas ou confessionais, o que mostra uma seleção por qualidade.

Falando-se em qualidade e utilizando uma avaliação periódica promovida pelo Guia do Estudante, através de consultas a profissionais das instituições formadoras, encontramos um quadro, no mínimo, preocupante. Mais da metade das instituições são classificadas entre fracas e regulares e apenas 14% são incluídas entre as boas e muito boas (cinco instituições!!!), não havendo nenhuma na categoria ótima. Conforman-

do o dado sobre a procura dos cursos pelos candidatos, as instituições melhor avaliadas restringem-se às universidades da rede pública ou confessionais, especificamente USP, PUCSP e PUCCAMP.

Completando o quadro das instituições formadoras de psicólogos, encontramos uma situação também preocupante no que se refere ao corpo docente. A porcentagem de professores sem titulação alcança a faixa entre 60% e 70% em todas as regiões. Esse dado mostra que o número de escolas abertas nos últimos anos não é acompanhado pelo número de professores adequadamente treinados e capacitados para a formação de novos profissionais, o que causa um círculo vicioso caracterizado por professores improvisados formando (mal) novos profissionais, que, por sua vez, serão os futuros formadores das novas gerações de psicólogos.

Um outro dado, que será retomado mais à frente, refere-se à distribuição de hora/estágio em termos de área de atuação. Há uma concentração que vai de 40 a 60% na área Clínica, enquanto as áreas de Educação e Organização ficam na faixa de 10 a 30%.

A Formação e o contexto social

Nessa seção, utilizando estudos recentes (ver referências) procuramos refletir sobre o perfil do psicólogo, sua atuação e identidade profissional, as condições encontradas no mercado e a adequação ou não entre sua formação, sua atuação e a demanda da sociedade. Serão colocados resumidamente apenas alguns pontos que consideramos relevantes para reflexões do leitor.

Um aspecto interessante encontra-se no perfil e na identidade profissional em Psicologia. Tanto a imagem do público quanto a do próprio psicólogo está ligada à prática clínica - um profissional autônomo que faz psicoterapia em consultório, preocupado em ajudar as pessoas a resolver seus problemas pessoais, emocionais e psíquicos. Parece uma visão limitada das possibilidades de sua atuação. Uma segunda alternativa (muito raramente lembrada) situa o profissional trabalhando com problemas educacionais ou organizacionais e vinculados a instituições como escola e empresas públicas ou privadas.

Vamos refletir um pouco sobre essa dicotomia entre a atuação autô-

noma e institucional que, de alguma forma, tem servido de critério para caracterizar a atividade do psicólogo.

Poderíamos partir das áreas de atuação possíveis desse profissional e montar o seguinte quadro: **Área de Saúde "A"** - Ligada à Saúde Mental, tanto em consultório particular quanto em instituições como Hospital Psiquiátrico, Enfermaria Psiquiátrica, Hospital-Dia etc. **Área de Saúde "B"** - Ligada à Saúde Geral, vinculada a instituições como Hospital Geral, Unidades Básicas de Saúde, Prontos-Socorros, Maternidades etc.

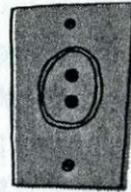
Áreas de Educação e Formação - Vinculada a instituições como Creches, Escolas Maternais, Febem, Escolas Públicas e Privadas.

Área de Trabalho e Produção - Refere-se a Empresas Públicas ou Privadas, Centros de Referência do Trabalhador, Sindicatos etc.

Através de enquetes realizadas dentro do programa de Psicologia Social da PUCSP, percebemos que a área de Saúde "A" é a única que o psicólogo elege como sendo característica, destacando principalmente a atuação clínica em consultório particular e psicoterapia.

Nas outras áreas o psicólogo não consegue definir claramente sua especificidade, considerando que em Saúde "B" ele não tem um projeto claro de trabalho e acaba se sentindo um curinga, desenvolvendo atividades determinadas pela instituição que, por sua vez, também não tem claro o que esperar desse profissional. Nas áreas de Educação e de Trabalho, ele acaba se confundindo com outros profissionais sempre que não tem como critério a utilização do instrumental reservado por lei à prática do psicólogo.

Parece que a dificuldade do psicólogo em se identificar com outra atuação que não seja a clínica, e não encontrar um espaço mais específico em um trabalho institucional, tem muito a ver com a formação recebida nas escolas, que enfatiza e incentiva a formação do clínico e do psicoterapeuta. Os próprios profissionais não têm muita clareza e, com certeza, apresentam experiência de trabalho institucional e interdisciplinar. E acabam por restringir as alternativas de uma atuação psicológica que não a tradicional. Por outro lado, ela não atende a uma possível demanda reprimida que somente poderia ser efetivada por meio de atuação institucional, permitindo que uma parcela maior da população tenha acesso ao trabalho psicológico. Mas que traba-



lho psicológico deveria ser oferecido?

Esse é o grande desafio do psicólogo que pretende, enquanto cidadão, contribuir para a melhoria das condições de considerável parcela da população, dentro de sua área de atuação. O psicólogo precisa sair da fortaleza que lhe dá segurança e enfrentar as vicissitudes de um profissional aparentemente alienado das condições reais que enfrenta o cidadão brasileiro. Deve sair de sua concha e partir para desenvolver projetos multidisciplinares condizentes com as necessidades concretas da sociedade de que ele também faz parte. Precisa ampliar sua atuação, procurando ocupar espaço nas instituições, que, de alguma forma, surge é mal-aproveitado. É claro que isso não se dará sem um trabalho compartilhado, planejado e organizado. Uma das formas de dar início a essa transformação, sem dúvida, é analisar, rever e promover alterações na área de formação profissional. É para atender a essa necessidade que nos propomos a desencadear um processo de análise e revisão da situação da formação do psicólogo, visando superar a desarticulação entre ela e a demanda da realidade social.

A proposta da Comissão de Formação é a organização de grupos de trabalho (na sede e nas sedes) compostos de conselheiros, profissionais interessados, tendo como objetivos: discutir critérios para avaliação da formação nos cursos de Psicologia, organizar e promover, a partir deste mês, seminários temáticos relativos à formação profissional (na sede e nas sedes), visando a elaboração de teses a serem discutidas no Encontro Regional, em dezembro, que serão encaminhadas para o Congresso Nacional Constituinte de agosto de 1994.

Referências

- Bock, A.M.B. - Pensando a profissão do Psicólogo, ou Eu, caçador de mim, dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUCSP, 1991.
- CEP - Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Guia do Estudante - Abril Cultural, 1992.
- Ozella, S. - O ensino de Psicologia Social no Brasil: um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores - Tese de Doutorado em Psicologia, PUCSP, 1992.
- Obs.: Esse texto é uma adaptação resumida de documento enviado a todas as instituições formadoras em Psicologia, localizadas na jurisdição do CRP-06.

Uma educação mais democrática. Só depende da nova LDB.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve estabelecer os objetivos da educação, indicando, para todo o país, os rumos a serem seguidos e a forma como deve ser organizada em todo o território nacional. Depois de quase cinco anos tramitando na Câmara do Deputados, chega ao Senado Federal um projeto de LDB que poderá alterar significativamente o setor, introduzindo algumas inovações. Junto com este texto, tramita o polêmico projeto de Darcy Ribeiro, que enfrenta sérias resistências.

Reportagem de Tito Bernardi

O projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que chegou ao Senado, depois de quase cinco anos de tramitação na Câmara dos Deputados, traz avanços significativos para a educação no Brasil, introduz mecanismos de gestão mais democráticos e atende algumas reivindicações históricas dos trabalhadores do ensino. Aprovado pela Câmara no dia 13 de maio, o projeto de autoria do ex-deputado Jorge Hage (PSDB-BA) foi resultado de intensas discussões nos principais setores ligados à educação a partir de 1988, tendo recebido mais de mil emendas.

Entretanto, todo o esforço dispendido pelas entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que encaminhou propostas e promoveu articulações políticas, pode ser prejudicado pela tramitação do projeto denominado "Lei da Educação", apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). A proposta de Darcy tem recebido duras críticas das entidades que representam os trabalhadores do ensino, que o classificam de "um retrocesso para a educação brasileira" (Veja na página ao lado).

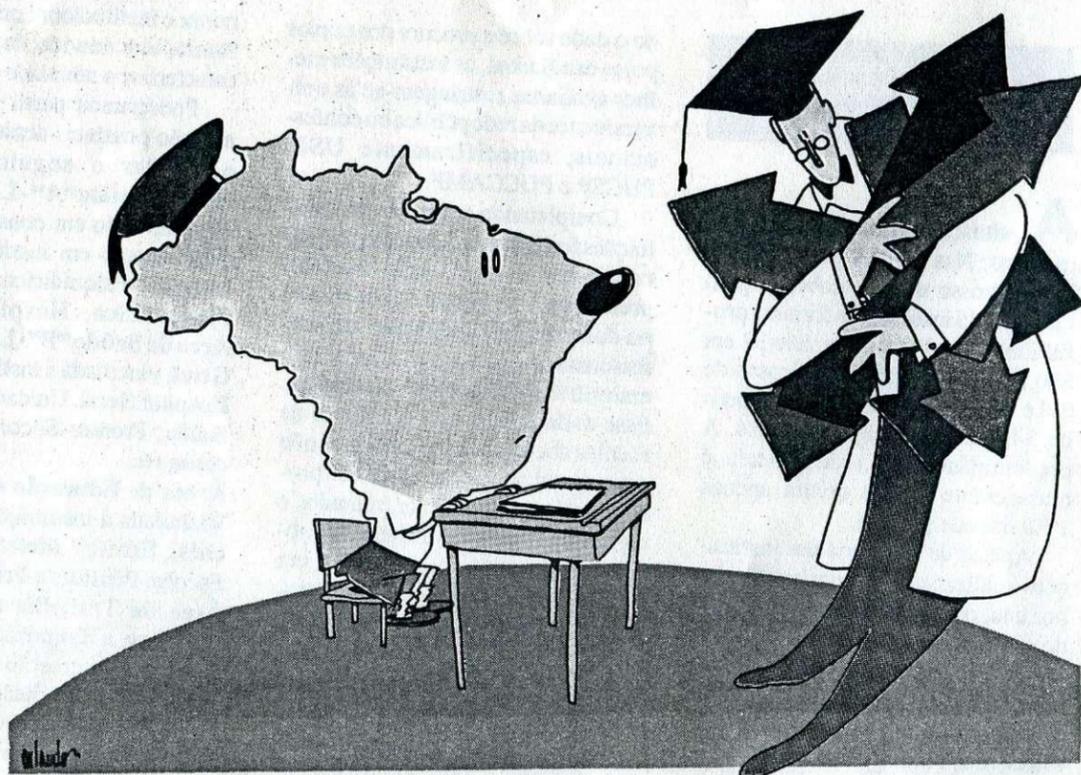
A dificuldade de se chegar a um consenso pode ser traduzida pelos 16 projetos apresentados sobre o tema nos últimos 20 anos. Agora surgem no Senado novas pressões do setor privado, que querem um texto mais "enxuto", com o menor detalhamento possível. Os representantes do Fórum não aceitam os cortes, pois consideram o expediente uma manobra para abrir brechas na Lei, impedindo a implementação dos avanços. Some-se a isso a insistência de Darcy Ribeiro em levar à frente o seu projeto, que corre junto com o texto aprovado na Câmara.

Revisão constitucional

Apesar do esforço para que o Senado aprove a nova LDB até o final deste mês, alguns grupos conservadores defendem o adiamento da votação para depois da revisão constitucional prevista para outubro. Na avaliação de Lucia da Rocha Franco, professora da Universidade de Brasília e integrante do Fórum Nacional, esse adiamento representa um risco, pois abre possibilidade para a eliminação das conquistas conseguidas até o momento, pondo a perder o trabalho de discussão dos últimos cinco anos.

Para Lucia Franco, apesar de algumas modificações resultantes de pressões dos privatistas, a LDB, aprovada na Câmara contém aspectos inovadores, como: A educação indígena bilíngue, o capítulo dedicado à educação infantil de 0 a 6 anos, as garantias para a formação de quadros de carreira, piso salarial, maior autonomia para a organização do ensino superior, avaliação institucional das universidades e a participação da sociedade civil nas decisões.

Os integrantes do Fórum acreditam que, caso não haja obstrução, o Senado Federal não alterará a essência do projeto Jorge Hage, detendo-se apenas no aperfeiçoamento de alguns pontos. Se for alterado, deverá voltar à Câmara para segunda votação, seguindo depois à sanção presidencial.



Conheça as principais propostas da nova LDB

O Jornal do CRP publica, a seguir, os principais pontos do projeto aprovado na Câmara.

Organização do sistema de ensino

As controvérsias entre os defensores da escola pública e os grupos privatistas estiveram presentes em quase todas as discussões na Comissão de Educação da Câmara. O artigo 8º, que trata da organização da educação nacional, resultou de demoradas negociações. Os privatistas não se conformavam com a organização sistêmica da educação. Segundo Lucia Rocha Franco, da UNB, chegou-se ao acordo para que fosse constituído o Sistema Nacional de Educação, que prevê a organização da educação em todo o país, num esforço organizado e autônomo do Estado e da sociedade brasileira.

Esse sistema vai distribuir as competências, definindo que níveis de ensino estarão sob a responsabilidade do estado e qual jurisdição subordinará a iniciativa privada.

Outro ponto polêmico foi o referente à criação do Conselho Nacional de Educação (art. 24), em substituição ao atual Conselho Federal de Educação. O CNE será o órgão máximo da educação brasileira, responsável pela determinação das políticas

educacionais e pela fiscalização da aplicação dos recursos financeiros.

A grande disputa neste artigo ocorreu em relação à composição do CNE, que terá 24 membros, sendo 12 indicados pelo presidente da República e outros escolhidos por entidades nacionais de educação. Aqui, os privatistas conseguiram a participação paritária com os representantes da escola pública, ou seja, para cada representante do setor público será indicado um das instituições particulares.

No entender da professora, o novo Conselho representa um avanço em relação ao CFE, cujos membros são escolhidos exclusivamente pelo presidente da República, de acordo com os interesses momentâneos do Poder Executivo.

Recursos financeiros

O projeto da nova LDB prevê que só podem ser destinadas verbas públicas a escolas públicas ou escolas privadas classificadas como confessionais, filantrópicas e de comunidade. Quando não houver vaga na escola pública,

Críticas ao projeto Darcy Ribeiro

A principal crítica refere-se à volta da antiga separação entre "primário" e "ginásio". A preocupação maior é que essa divisão reduza o ensino obrigatório de oito para cinco anos.

O projeto do senador Darcy Ribeiro começou a tramitar no Senado no ano passado, paralelamente ao texto que acabou aprovado. Logo se tornou alvo de críticas, porque contém alguns conceitos considerados arcaicos e por não ter sido suficientemente discutido com as entidades do setor antes de sua apresentação.

Na opinião da professora Lucia Franco, da UNB e do Fórum Nacional, o principal defeito do projeto denominado "Lei da Educação" consiste na recriação da antiga divisão entre "primário" e "ginásio". O projeto prevê no art. 19, II, "ensino fundamental, com duração de cinco anos, obrigatório a partir dos sete anos de idade". E o inciso III divide o ensino médio em: "a) ginásio, com cinco anos de duração, posterior ao ensino fundamental, tendo em vista a formação cultural geral e profissional de nível médio; b) curso preparatório para o ensino superior, posterior ao ginásio, com duração de um ou dois anos, segundo as exigências da carreira".

Para Lucia, além de discutível do ponto de vista pedagógico, essa divisão pode permitir que os governos reduzam a escolaridade obrigatória de oito para cinco anos, o que seria um retrocesso até mesmo diante da lei atual, que estabelece o 1º grau em oito anos. Ao atribuir ao ensino médio o papel de preparação para o curso superior, o projeto descaracteriza a função desse nível escolar, lamenta a pesquisadora.

As entidades ligadas à educação consideram falhos os seguintes pontos do projeto de Darcy Ribeiro:

- Restringe a gestão democrática às instituições

públicas de ensino;

- Determina a implantação progressiva de igualdade de condições para o acesso à escola e para a continuidade dos estudos, contrariando o art. 206, I, da Constituição;

- Assegura a gratuidade apenas aos cursos regulares do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- Impede a consolidação de um sistema nacional de ensino ao submetê-lo às iniciativas regionais e locais;

- Limita o currículo básico de ensino médio de Português, Matemática, Ciências e língua estrangeira;

- Adota uma concepção assistencialista ao prever que a educação infantil será oferecida em "casas comunitárias, centros de puericultura, creches ou entidades equivalentes".

Em linhas gerais, o projeto de Darcy toca nos mesmos pontos contidos no texto já aprovado. Assegura o ensino bilíngue para as comunidades indígenas (art. 29), institui tratamento especial para os alunos com deficiências físicas ou mentais e estabelece que os sistemas de ensino darão prioridade à criação e extensão de escolarização em tempo integral (art. 33), prevendo uma carga horária mínima de quatro horas diárias de "trabalho afetivo".

Há quem acredite que esse projeto poderá ser retirado da pauta e ter alguns de seus pontos transformados em emendas ao texto que veio da Câmara. A reportagem do *Jornal do CRP* encaminhou perguntas via fax aos gabinetes dos senadores Darcy Ribeiro e Cid Sabóia, relator da Comissão de Educação, mas não obteve resposta.

o governo pode conceder bolsas de estudos em escolas particulares.

De acordo com Lucia Franco, a inclusão dos gastos com a merenda escolar nas despesas correntes da educação ainda vai gerar muita polêmica. Os partidários da escola pública defendiam a exclusão desse item do cálculo das despesas referentes a manutenção e desenvolvimento do ensino. A proposta inicial (art. 109, I, do projeto original) previa que os gastos com a merenda não seriam computados no orçamento da educação. O entendimento era de que a alimentação deveria contar com verbas próprias, alocadas de forma específica, por ser um item que consome volume substancial de recursos financeiros, comprometendo o orçamento da educação.

Mas prevaleceu a proposta que incluiu os gastos da merenda nas despesas da educação. Numa reação carregada de emoção, um parlamentar ligado ao *lobby* privado ameaçou ir à tribuna "denunciar o risco de as crianças do Brasil ficarem sem merenda".

Assim, a nova redação do artigo 100 da LDB terá como consequência a redução do volume de recursos para o setor educacional, por causa dos elevados gastos com a alimentação escolar, item que freqüentemente é manipulado com fins assistenciais e eleitoreiros.

"O ideal - sugere Lucia - seria a merenda ter um orçamento à parte, dada a complexidade de sua operacionalização e controle".

Com essa mudança, a situação salarial dos professores, os planos de carreira, os programas de aperfeiçoamento e a implementação de novos sistemas de ensino tendem a ficar dependentes de um orçamento oscilante e de difícil controle, lamenta a professora.

Foram mantidos como recursos mínimos para a educação 18% do orçamento da União e 25% dos estados, municípios e Distrito Federal.

A inclusão do pagamento dos inativos nas despesas correntes da educação também acarretará a redução do volume de recursos para o setor. Segundo a Apeoesp, em São Paulo o salário dos inativos é pago pelo IPESP - Instituto de Previdência do Estado, não estando previsto no orçamento da Educação. Com mudança, os gastos com aposentados poderão ser incluídos no orçamento, estrangulando-o ainda mais.

O art. 98 é considerado uma conquista importante, porque prevê prazos de até 10 dias para o repasse dos recursos vinculados dos governos para os órgãos de educação (ministérios ou secretarias). Além de facilitar a transparência, esse mecanismo assegura a posse imediata dos recursos para educação.

Estrutura do ensino

A pré-escola passa a se chamar educação infantil, e ganha um capítulo que normaliza essa fase. Inicialmente, ao ser aprovado na Comissão de Educação, o projeto previa, no

artigo 26, o ensino fundamental com duração de oito anos, obrigatório a partir dos sete anos e facultativo a partir dos seis. Mas, diante do projeto de Darcy Ribeiro, que prevê a volta da antiga divisão entre "primário e ginásio", optou-se pela divisão do ensino fundamental em duas etapas, a primeira com cinco anos de duração e a segunda com três. Lucia critica a falta de critérios pedagógicos para essa divisão, além de ver uma brecha para o poder público vir a se esquivar de oferecer os oito anos, "numa interpretação casuística tão ao gosto dos políticos brasileiros".

O 2º Grau passa a chamar-se ensino médio e o 3º, ensino superior. Lucia Franco aponta progressos no capítulo do ensino superior, que estabelece "gestão democrática nas instituições de ensino superior" (art. 75). Além de proporcionar maior autonomia, esse capítulo introduz a avaliação institucional das instituições de ensino superior. Está previsto um processo de avaliação externa, com periodicidade quinzenal, por uma comissão de especialistas.

Plano nacional de educação

Segundo Lucia, o atual CFE é o grande responsável pela proliferação indiscriminada de cursos superiores no país. Essa distorção poderá ser corrigida com a adoção do Plano Nacional de Educação, que definirá a política da expansão do ensino superior, identificando as necessidades

do país. O Plano será elaborado pelo Ministério da Educação, precedido das discussões no Fórum Nacional de Educação, que se reunirá a cada cinco anos para propor diretrizes e prioridades para a formulação de uma política de educação.

Gestão democrática

O artigo 121 determina que as regras de gestão democrática devem se estender às escolas que recebem verbas públicas. Além disso, admite a eleição direta para diretor da escola, embora não a determine. Cada estado definirá como serão escolhidos seus dirigentes escolares.

Em todas as escolas de educação básica, os Conselhos Escolares serão constituídos com representação da comunidade (art. 21, I). O texto da LDB apresenta várias possibilidades para a escolha dos diretores das escolas públicas: a nomeação pelos órgãos governamentais, eleição pela comunidade escolar ou concurso público e ascensão na carreira (incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do art. 21).

Ainda nesse capítulo, está prevista a autonomia da gestão financeira nas escolas básicas (art. 22).

Inovações

O capítulo 16, dedicado à educação dos índios, foi um dos poucos pontos da LDB que não enfrentou resistências para aprovação. Tendo como um dos principais articuladores o deputado Florestan Fernandes (PT-SP), a proposta objetiva a preservação da cultura indígena, com a educação sendo ministrada de forma bilíngue.

O ano letivo da educação básica evoluiu de 180 para 200 dias. O projeto traz de volta as disciplinas Filosofia e Sociologia, tornando-as obrigatórias.

Carreira profissional

A LDB prevê que estados, municípios e mesmo as escolas particulares estabeleçam planos de carreira para seus professores. O artigo 93 do texto aprovado contém dispositivos como ingresso na carreira pública exclusivamente por concurso, regime jurídico único, progressão funcional baseada em titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho.

Nesse capítulo, os defensores da escola pública se ressentem da mutilação de dois pontos que consideravam importantes: o piso salarial nacionalmente unificado e a jornada de trabalho.

Foram retiradas as expressões "nacionalmente unificado" e "fixado em lei federal". Permaneceu apenas a previsão de piso salarial profissional, que não estabelece critérios ou periodicidade. Assim, questão ficará por conta dos governadores, cabendo às entidades que representam os trabalhadores no ensino lutar para que sejam fixados os níveis salariais. ▶

LDB

Uma história marcada por poucos avanços e muitos recuos

A expressão diretrizes e bases foi introduzida no vocabulário educacional brasileiro pela Constituição de 1946. Até então, a expressão não fazia parte das terminologias pedagógica e jurídica.

Até a década de 60, o Brasil não possuía uma lei única para a Educação. Ao longo da história da educação brasileira, as reformas no ensino foram feitas de forma parcial, por níveis de ensino, como recorda Lucia Franco, professora de História da Educação da UNB.

A 1ª Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública foi realizada em maio de 1930, em São Paulo. A Constituição de 1934 atribuiu privativamente à União traçar as diretrizes da educação, enfatizando que "a educação não é um privilégio".

Na década de 40, surgiram as chamadas leis orgânicas de Gustavo Capanema, ministro da Educação, voltadas para o ensino secundário, industrial, comercial, agrícola entre outros, regulamentando-os de forma isolada. Naquela época, os educadores ligados à tendência da Escola Nova defendiam a tese de uma lei única para organizar a educação no Brasil, recorda a professora Lúcia Franco.

Assim, em 1946, formou-se um grupo de educadores para elaborar um projeto de lei de diretrizes e bases da educação, que tramitou vagarosamente até 1961, com muitas dificuldades. E enfrentou severas críticas na Câmara Federal, a começar pela descentralização que propunha. Até então era a União que promovia todas as reformas na educação por meio do Ministério da Educação.

Em meio à discussão sobre a descentralização, o projeto ficou parado até 1950. Quando voltou a ser discutido, o deputado Carlos Lacerda apresentou um substitutivo de teor privatista, classificando o texto original de estatizante. A igreja se posicionou a seu lado, já que pretendia recuperar sua hegemonia pela educação. Em 1961, depois de 15 anos de tramitação, a LDB foi aprovada.

Durante a década de 60, porém, o Brasil fez vários acordos na área da educação com o governo dos Estados Unidos, através de agências internacionais como a USAID. Como lembra Lucia Franco, esses convênios enfatizaram uma educação voltada para o mercado de trabalho, deixando de oferecer uma formação mais ampla.

Nesse contexto, surgiu a crise dos excedentes, gerada pela falta de vagas nos cursos superiores. Os estudantes foram às ruas para protestar e reivindicar mais verbas para a educação. Com base no trabalho de uma comissão, o governo militar elaborou um projeto de lei para a reforma universitária. Aprovada em 1968, a Lei 5540 estabeleceu também normas de natureza política, com uma série de medidas repressivas. Foi editado o Decreto-Lei 477, que proibia os estudantes de participar de qualquer manifestação política. Em seguida, veio o AI-5.

Em 1971, foi aprovada, sem discussões, a Lei 5692, substituindo a antiga divisão de primário, ginásio e colegial para ensino de 1º e 2º graus. A ênfase novamente era o ensino técnico, voltado para o mercado de trabalho, em detrimento das ciências humanas. Mas as escolas não tinham a estrutura necessária - corpo docente, laboratórios e equipamentos - para implementar o ensino profissionalizante, razão pela qual muitos desses cursos não saíram do papel.

Depois de tantas alterações, hoje estão em vigor três leis que regulamentam a educação no país. A LDB de 1961 ainda é aplicada no capítulo que trata dos princípios e da administração da educação. A Lei 5540 disciplina o ensino superior. O ensino de 1º e 2º graus é regulamentado pela Lei 5692 (T.B.).

Anteprojeto de regimento interno do congresso regional da psicologia no âmbito do CRP-06

O Congresso Nacional de Psicologia será mais ou menos expressivo e reorganizará em maior ou menor profundidade a profissão de psicólogo, de acordo com o alcance das proposições e teses a serem elaboradas nas diversas regiões do país. Por isso, assumem importância decisiva os CONGRESSOS REGIONAIS a serem coordenados pelos Conselhos de Psicologia.



gia da 6ª Região a formulação de uma estrutura democrática que possibilite alcançar, no seu âmbito de jurisdição, as metas acima consignadas, ordenando e definindo as instâncias de participação;

Resolve:

Art. 1º - Instituir o presente Regimento Interno, que regulamentará as instâncias, a organização, os temas, a representatividade, as resoluções, o calendário e outros dispositivos do Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região, bem como as fases que antecedem sua instalação.

Art. 2º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser referendado pelo plenário do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Art. 3º - Admitir-se-á alterações, complementações, ao presente Regimento, desde que apresentadas e fundamentadas pelos Encontros Setoriais e Intersetoriais, e a critério do Plenário do CRP-06.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CRP-06, submetendo-os, quando necessário, à apreciação do Congresso Regional da Psicologia.

São Paulo, 10 de setembro de 1993.

José Roberto Tozoni Reis
Conselheiro Presidente em Exercício

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª região, no uso de suas atribuições;

Considerando a realização do Congresso Nacional da Psicologia, em agosto de 1994;

Considerando que compete aos Conselhos Regionais de Psicologia organizar e articular a categoria de seu âmbito de jurisdição para participar dos Congressos Regionais da Psicologia, com vistas à aprovação de teses, proposições e indicações que serão encaminhadas à Instância nacional;

Considerando que a qualidade, importância e expressividade do Congresso Nacional, bem como a amplitude e profundidade da reorganização e reordenamento da profissão e da formação do psicólogo, estão condicionadas ao grau de participação da categoria e à qualidade e alcance das propostas que a ele forem encaminhadas e apreciadas;

Considerando que os Congressos Regionais, coordenados em cada região do país pelos Conselhos Regionais de Psicologia, nessas condições, assumem importância decisiva para a condução do processo, bem como de seus resultados;

Considerando ser de competência deste Conselho Regional de Psicol-



O CLIFAM Clínica de Terapia Familiar e de Casal - São Paulo,

iniciará em 05 de outubro, um curso de introdução a Terapia Familiar Sistêmica. Com duração de um ano e carga horária de duas horas por semana. Será coordenado pela Dra. Silvana Cappanari, serão fornecidos certificados as pessoas que cumprirem com a carga horária necessária.

Informações e inscrições no CLIFAM - (011) 887-6107
Com Currículo Vitae e Entrevista Pessoal

Capítulo I Da Organização e das Instâncias Decisórias

Art. 1º - O Congresso Regional da Psicologia constitui-se, no âmbito do processo constituinte, a instância máxima de deliberação na jurisdição do CRP-06.

Art. 2º - O Congresso Regional da Psicologia deverá resultar da ampla e democrática participação dos profissionais de Psicologia da jurisdição do CRP-06.

Art. 3º - A estrutura do Congresso Regional bem como a sua preparação compreende os seguintes níveis de organização:

- I - Reuniões Setoriais;
- II - Reuniões Intersetoriais;
- III - Congresso Regional da Psicologia.

Art. 4º - A unidade básica para a especificação dos temas e para a realização das discussões temáticas será feita sempre através da organização setorial.

Parágrafo único - Cada setor será definido pelo ramo da atividade profissional.

Art. 5º - As deliberações do Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região serão submetidas ao Congresso Nacional da Psicologia, através de Delegados eleitos no âmbito regional, que, por sua vez, deliberará sobre as teses, proposições, encaminhamentos em conformidade com o regimento próprio.

Parágrafo único - As deliberações do Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região que forem auto-aplicáveis, por não ferirem legislação ou normas e Resoluções superiores, serão executadas e/ou regulamentadas no âmbito do CRP-06.

Capítulo II Das Competências

Art. 6º - Compete ao Congresso Regional de Psicologia:

- I - Consolidar e deliberar acerca das proposições e teses apresentadas e sistematizadas nos encontros intersetoriais;
- II - Eleger Delegados para participar no Congresso Nacional de Psicologia, em conformidade com os critérios que serão estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 7º - Compete aos Encontros Intersetoriais:

I - Discutir e sistematizar as teses apresentadas nos Encontros Setoriais;

II - Eleger Delegados para a participação no Congresso Regional de Psicologia.

Art. 8º - Compete aos Encontros Setoriais discutir e apresentar proposições e teses sobre a formação e o exercício profissional, a partir de temas específicos, encaminhado-as aos Encontros Intersetoriais.

Capítulo III Da Estrutura e das Discussões Temáticas

Art. 9º - A estrutura básica que deverá orientar todos os níveis de organização do Congresso Regional, se compõe dos seguintes tópicos:

- I - Exercício Profissional;
- II - Formação Profissional;
- III - Organização Política dos Psicólogos.

Art. 10º - Os tópicos serão desdobrados em outros da área pertinente, em conformidade com o quadro Anexo nº 02, que passa a fazer parte do presente Regimento.

Art. 11º - Para orientar a composição das Unidades Básicas Setoriais, ficam adotados os temas especificados no quadro Anexo nº 3, que passa a fazer parte integrante do presente regimento, de forma a refletir as atividades da Psicologia.

Capítulo IV Da Representação

Art. 12º - Os Encontros Setoriais serão organizados pela sede e subseções do CRP-06, admitindo-se a participação dos psicólogos cujo domicílio estiver no âmbito de jurisdição daquela sede ou subseção.

Parágrafo 1º - Os Encontros a que se refere o *caput* deste artigo não terão limite de quórum de forma a potencializar ao máximo a participação dos profissionais de cada ramo de atividade da Psicologia.

Parágrafo 2º - Poderão participar e ser representantes nos Encontros Intersetoriais todos os presentes nos Encontros Setoriais, realizados no âmbito das subseções.

Parágrafo 3º - Os Encontros Setoriais realizados na jurisdição da sede do CRP-06 deverão indicar 20% (vinte por cento) de seus participantes através de voto, para participação nos En-

contros Intersetoriais, em virtude da concentração elevada de profissionais nesta região, que representam 60% (sessenta por cento) da categoria.

Art. 13º - Os Encontros Intersetoriais contarão com a participação dos representantes dos Setores, na forma disposta no artigo 12º e parágrafo.

Parágrafo único - Cada representação Regional, seja da sede ou subseção, deverá incluir pelo menos um participante, das grandes áreas do exercício profissional:

- I - Educação/Formação;
- II - Saúde;
- III - Trabalho.

Art. 14º - A eleição de Delegados a ser realizada nos Encontros Intersetoriais com vistas à participação no Congresso Regional da Psicologia será proporcional ao número de profissionais inscritos até 27/08/93, por sede e subseção, admitida a base de cálculo de 1/250, garantindo-se, sempre, um mínimo de 3 (três) representantes por subseção, nas condições previstas pelo parágrafo único do artigo 13º.

Art. 15º - Para efeito de indicação do número de Delegados que participarão do Congresso Regional, ficam adotados os quadros Anexos nº 04 e 05, que passam a fazer parte integrante do presente Regimento.

Art. 16º - Poderão participar dos Encontros Intersetoriais e do Congresso Regional da Psicologia observadores, na proporção de até 1/3 (um terço) de Delegados, com direito a voz, sem direito à voto.

Parágrafo único - Compõem a categoria dos observadores representantes dos diretórios e Centros Acadêmicos dos Cursos de Psicologia. Representantes de outras entidades estudantis e profissionais (Conselhos, Sindicatos e Associações) e outras entidades da sociedade civil.

Capítulo V Das Resoluções

Art. 17º - Em todos os níveis e fases do processo constituinte, os pro-

fissionais que desejarem apresentar propostas deverão encaminhá-las de acordo com os critérios estabelecidos, de forma a possibilitar a unidade da forma, da compreensão, do conteúdo e da fundamentação dos temas discutidos.

Parágrafo único - As propostas deverão ser apresentadas por escrito, nas formas de teses (geral) e proposição (pontuais ou específicas).

Do Calendário e das Disposições Finais

Art. 18º - Fica adotado o calendário apresentado no quadro Anexo nº 06, para execução das fases e da realização do Congresso Regional da Psicologia na 6ª Região, podendo ser alterado a critério do Plenário do CRP-06.

Art. 19º - As deliberações do Congresso Nacional da Psicologia poderão implicar em mudanças e reformulações na legislação profissional vigentes e, nesta modalidade, dependerão de apresentação de Projeto de Lei que tramitará pela via legislativa normal, conforme a estrutura especificada no Anexo nº 01, que fica fazendo parte integrante do presente Regimento.

Parágrafo único - As deliberações do Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região, que não ferirem legislação ou normas e Resoluções superiores, serão executadas e/ou Regulamentadas no âmbito do CRP-06.

Art. 20º - Quando a matéria deliberada pelo Congresso Nacional, for de competência interna e exclusiva dos Conselhos, proceder-se-á às reformulações cabíveis por meio de atos administrativos.

Art. 21º - Quando a proposição deliberada for de competência de outros órgãos ou entidades, o Congresso indicará mecanismos legais ou políticos que visem alterar, modificar ou revogar disposições, esgotando todos os meios disponíveis à espécie.

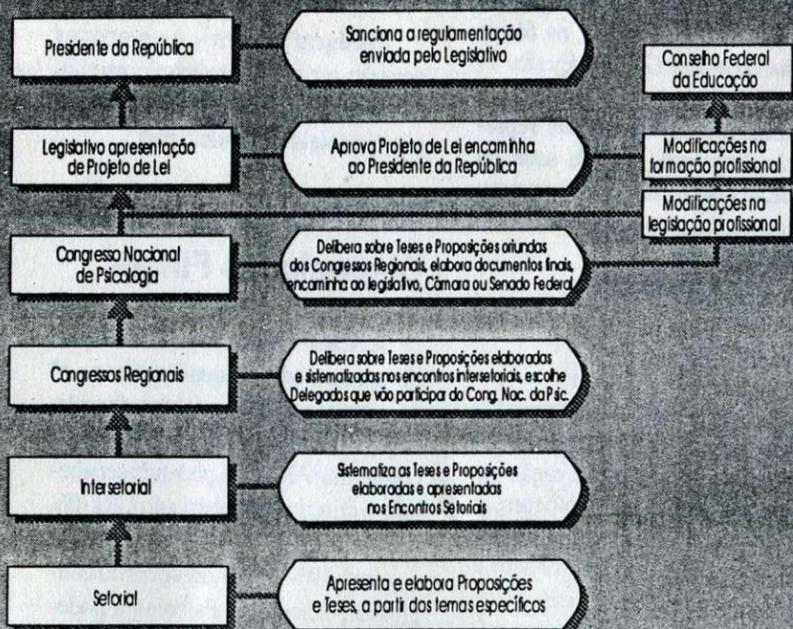
Comissão de trabalho discute constituinte

A Comissão de Trabalho convida os psicólogos ligados a empresas, interessados no Processo Constituinte, a participarem das discussões na sede do CRP-06, nas seguintes datas: 6, 14 e 27 de outubro, às 19h30.

Veja como funcionará o Congresso Regional de Psicologia

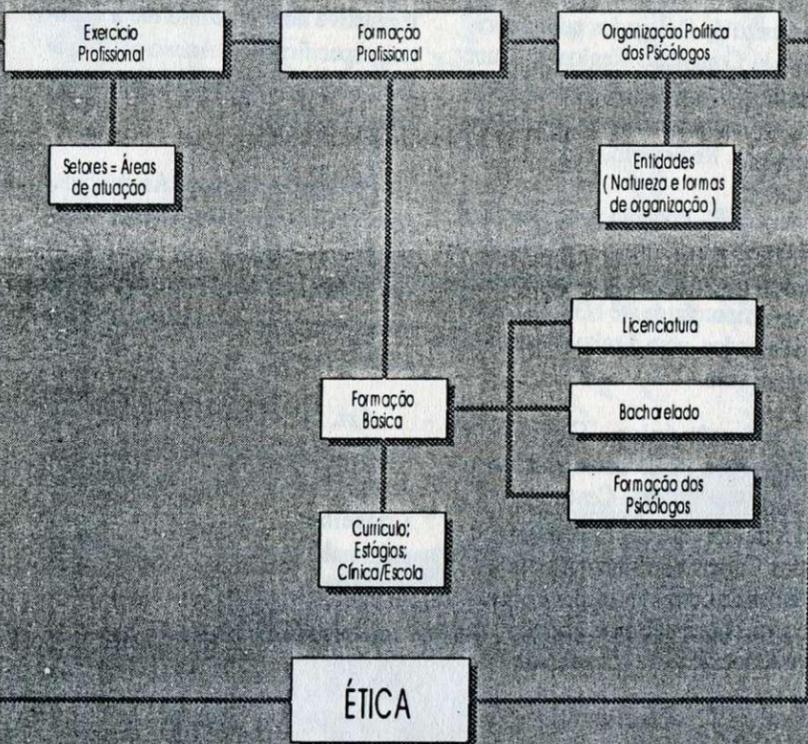
ANEXO Nº 01

As Instâncias Decisórias sobre a Regulamentação Profissional



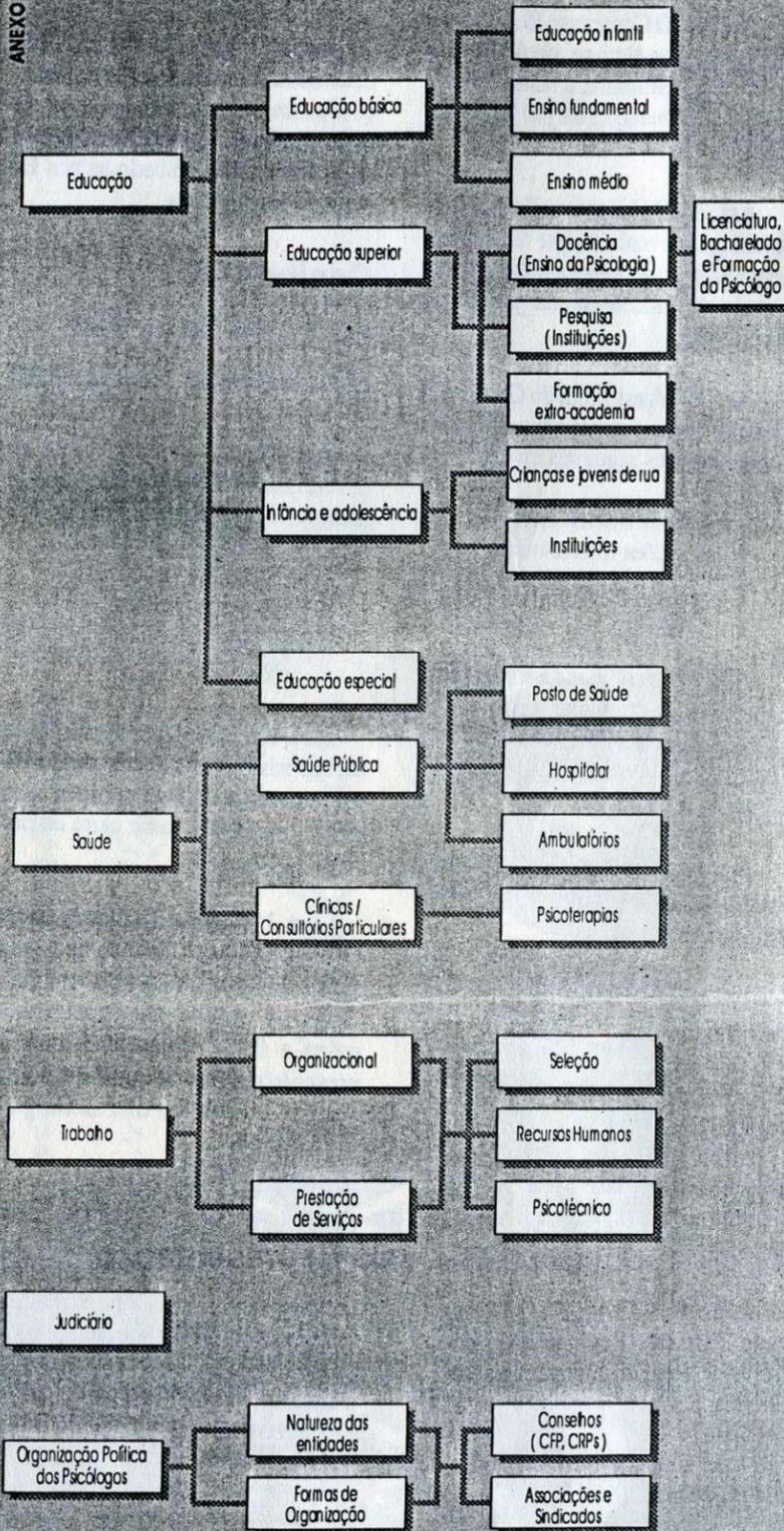
ANEXO Nº 02

A Estrutura Básica para Orientar as Discussões



ANEXO Nº 03

Dos Temas.



ANEXO Nº 04

Distribuição dos Psicólogos por Regiões do Estado de São Paulo, com indicação do número de Delegados

Regiões	Sede	Assis	Bauru	Campinas	Taubaté	Mato Grosso	Mato G. do Sul	Ribeirão Preto	Santa André	Santos	S. J. do Rio Preto	Guarulhos	Totais
Ativos	20.144	719	841	2.759	690	265	767	1.057	2.502	1.329	670	1.661	33.404
Nº de Delegados	81	05	05	13	05	03	05	06	12	07	05	09	156

ANEXO Nº 05

Quadro Resumo da Representação por Sede e Subsedes

	Universo		Representação	
	Nºs	%	Nºs	%
Sede	20.144	60,3	81	51,9
Subsede	13.260	39,7	75	48,1
Total	33.404	100,00	156	100,00

Base: 1:250:3